

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.438	4.922	9.181	6.957	Fornecedores	13	23.730	18.877	38.492	27.084
Aplicações financeiras		-	2.838	-	21.805	Empréstimos e financiamentos	14	59.003	2.385	98.824	58.888
Contas a receber	5	46.514	57.493	125.247	141.897	Partes relacionadas	9.a	27.992	7.153	91	89
Estoques	6	67.429	59.786	90.566	99.001	Obrigações com pessoal	15	11.537	9.588	19.872	15.916
Impostos a recuperar	7	3.188	7.293	14.026	12.637	Dividendos e juros sobre o capital próprio	21.d	23	189	23	189
Partes relacionadas	9.a	8.830	17.754	1.764	-	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	13.318	8.258	23.227	12.036
Outros ativos circulantes		<u>7.817</u>	<u>1.636</u>	<u>21.911</u>	<u>7.854</u>	Provisão para benefício pós-emprego	17	3.269	2.926	6.515	4.870
		140.216	151.722	262.695	290.151	Provisão para reestruturação	31	307	307	345	2.103
						Outros passivos circulantes	18	<u>33.980</u>	<u>18.432</u>	<u>48.509</u>	<u>27.604</u>
Ativos mantidos para a venda	10	<u>796</u>	<u>796</u>	<u>7.306</u>	<u>7.306</u>	Total do passivo circulante		173.159	68.115	235.898	148.779
Total do ativo circulante		141.012	152.518	270.001	297.457						
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Depósitos judiciais		7.658	8.333	15.823	16.606	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	32.101	38.570
Impostos a recuperar	7	24.792	24.578	39.650	34.846	Partes relacionadas	9.a	59.779	31.245	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.b	25.468	27.666	40.095	45.525	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	19.356	1.764	32.541	3.153
Partes relacionadas	9.a	26.140	10.039	16.945	9.202	Obrigações com pessoal	15	8.646	450	14.110	1.308
Outros ativos não circulantes		772	751	1.638	1.617	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	67.218	55.095	114.353	103.346
Investimentos	8	159.956	118.027	57.187	-	Provisão para benefício pós-emprego	17	39.387	38.883	76.790	63.960
Imobilizado	11	23.636	36.965	126.954	155.617	Provisão para desmobilização da mina	20	-	-	21.040	19.572
Intangível	12	<u>391</u>	<u>1.601</u>	<u>843</u>	<u>2.752</u>	Provisão para perdas em investimentos	8	<u>30.053</u>	<u>14.424</u>	<u>30.053</u>	<u>14.424</u>
Total do ativo não circulante		268.813	227.960	299.135	266.165	Total do passivo não circulante		224.439	141.861	320.988	244.333
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	21.a	334.251	334.251	334.251	334.251
						Reservas de capital		19.437	19.460	19.437	19.460
						Ações em tesouraria		(174)	(174)	(174)	(174)
						Reservas de lucros		-	69.084	-	69.084
						Prejuízos acumulados		(307.264)	(227.087)	(307.264)	(227.087)
						Outros resultados abrangentes		<u>(34.023)</u>	<u>(25.032)</u>	<u>(34.023)</u>	<u>(25.032)</u>
						Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores		12.227	170.502	12.227	170.502
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	23	8
						Total do patrimônio líquido		<u>12.227</u>	<u>170.502</u>	<u>12.250</u>	<u>170.510</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>409.825</u>	<u>380.478</u>	<u>569.136</u>	<u>563.622</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>409.825</u>	<u>380.478</u>	<u>569.136</u>	<u>563.622</u>

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais - exceto o prejuízo líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23	311.448	410.874	536.905	665.739
CUSTOS DOS PRODUTOS E MERCADORIAS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	24	(297.987)	(345.250)	(432.786)	(501.929)
LUCRO BRUTO		<u>13.461</u>	<u>65.624</u>	<u>104.119</u>	<u>163.810</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	24	(36.244)	(40.008)	(71.903)	(76.545)
Gerais e administrativas	24	(42.175)	(29.695)	(72.259)	(62.959)
Remuneração da administração	24	(9.123)	(8.568)	(11.869)	(13.789)
Outras despesas operacionais, líquidas	25	(15.038)	(34.546)	(13.296)	(39.465)
Perda por redução ao valor recuperável de ativos e provisão para reestruturação	11, 12 e 31	(18.325)	(126.489)	(25.051)	(170.927)
Resultado da equivalência patrimonial	8	<u>(20.675)</u>	<u>(78.654)</u>	<u>(15.629)</u>	<u>(28.629)</u>
Total das despesas operacionais		<u>(141.580)</u>	<u>(317.960)</u>	<u>(210.007)</u>	<u>(392.314)</u>
Resultado financeiro líquido	26	(19.051)	(9.404)	(27.434)	(16.442)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(147.170)</u>	<u>(261.740)</u>	<u>(133.322)</u>	<u>(244.946)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	22	-	-	(10.615)	(4.313)
Diferidos	22	(2.198)	(14.648)	(5.430)	(27.130)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>(149.368)</u>	<u>(276.388)</u>	<u>(149.367)</u>	<u>(276.389)</u>
ATRIBUÍVEL A:					
Acionistas controladores				(149.368)	(276.388)
Acionistas não controladores				1	(1)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				<u>(149.367)</u>	<u>(276.389)</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO, BÁSICO E DILUÍDO - R\$	21.c			<u>(5,0084)</u>	<u>(9,2675)</u>

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(149.368)	(276.388)	(149.367)	(276.389)
Outros resultados abrangentes					
Perda líquida na atualização do plano de benefício definido	17	(528)	(372)	(8.991)	(12.907)
Equivalência patrimonial dos resultados abrangentes		<u>(8.463)</u>	<u>(12.535)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos		(8.991)	(12.907)	(8.991)	(12.907)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO		<u><u>(158.359)</u></u>	<u><u>(289.295)</u></u>	<u><u>(158.358)</u></u>	<u><u>(289.296)</u></u>
ATRIBUÍVEL A:					
Acionistas controladores				(158.359)	(289.295)
Acionistas não controladores				<u>1</u>	<u>(1)</u>
				<u><u>(158.358)</u></u>	<u><u>(289.296)</u></u>

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital		Ações em tesouraria	Reservas de lucros			Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
			Subvenção para investimentos	Ágio na aquisição de ações		Estatutária	Legal	Retenção de lucros					
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2017		334.251	19.437	23	(174)	32.722	36.362	49.137	-	(12.125)	459.633	16	459.649
Redução de capital por acionista não controlador		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7)	(7)
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	164	-	-	164	-	164
Prejuízo do exercício	21.c	-	-	-	-	-	-	-	(276.388)	-	(276.388)	(1)	(276.389)
Absorção do prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(49.301)	49.301	-	-	-	-
Perda na atualização do plano de benefício definido	17	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.907)	(12.907)	-	(12.907)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		334.251	19.437	23	(174)	32.722	36.362	-	(227.087)	(25.032)	170.502	8	170.510
Aumento de participação de acionista não controlador	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	14
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	84	-	-	84	-	84
Prejuízo do exercício	21.c	-	-	-	-	-	-	-	(149.368)	-	(149.368)	1	(149.367)
Absorção do prejuízo do exercício		-	-	(23)	-	(32.722)	(36.362)	(84)	69.191	-	-	-	-
Perda na atualização do plano de benefício definido	17	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.991)	(8.991)	-	(8.991)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		334.251	19.437	-	(174)	-	-	-	(307.264)	(34.023)	12.227	23	12.250

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(147.170)	(261.740)	(133.322)	(244.946)
Ajustes para conciliar o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Resultado da equivalência patrimonial	8	20.675	78.654	15.629	28.629
Depreciação e amortização	24	3.321	14.512	13.625	35.607
Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis	25	(716)	216	(710)	560
Baixa de depósitos judiciais		42	1.412	17	3.330
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	5	2.536	1.716	3.903	2.608
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques	6	5.718	3.721	8.178	8.077
Perda estimada para redução ao valor recuperável dos ativos	11 e 12	17.118	118.891	23.390	150.971
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	13.815	12.132	13.072	19.804
Provisão para benefício pós-emprego	17	3.245	4.309	10.354	5.819
Provisão para desmobilização da mina		-	-	1.468	5.694
Provisão para reestruturação	31	1.207	7.598	1.661	20.671
Provisão para garantia		(137)	884	(239)	1.169
Perda na alienação de investimentos		14	36	-	-
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial		4.041	2.559	12.634	11.011
Rendimento de aplicações financeiras		(31)	(258)	(343)	(1.053)
Variação líquida das despesas antecipadas		5.218	3.185	7.607	5.146
		(71.104)	(12.173)	(23.076)	53.097
Redução (aumento) nos ativos operacionais:					
Contas a receber		5.081	25.626	8.062	16.330
Partes relacionadas a receber		(4.270)	(10.504)	(7.028)	(2.478)
Estoques		(3.493)	34.731	257	53.821
Impostos a recuperar		4.225	7.985	(2.882)	4.802
Depósitos judiciais		(1.059)	628	(1.299)	(4.402)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		-	16.168	-	-
Outros ativos		(11.399)	(2.150)	(21.664)	(6.047)
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores		4.853	(1.725)	11.408	(6.482)
Partes relacionadas a pagar		10.972	(22.870)	2	89
Impostos, taxas e contribuições a recolher		22.016	(5.414)	32.051	(10.316)
Obrigações com pessoal	15	10.145	(2.375)	16.758	(6.164)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		-	(5)	-	(5)
Benefício pós-emprego		(2.926)	(3.184)	(4.870)	(5.115)
Gastos com reestruturação		(1.207)	(7.291)	(3.419)	(20.318)
Outros passivos		3.048	10.970	8.761	13.871
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações		(35.118)	28.417	13.061	80.683
Juros pagos		(1.359)	(3.277)	(3.569)	(7.152)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(4.804)	(9.295)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(36.477)	25.140	4.688	64.236
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
Mútuo com empresas ligadas a receber		(2.311)	12.242	(2.010)	10.772
Recebimento pela venda de imobilizado	25	803	69	838	674
Adições ao ativo imobilizado e intangível		(5.987)	(5.107)	(6.910)	(10.359)
Adições aos investimentos		(14.329)	(10.701)	(14.329)	(10.659)
Aplicações financeiras de curto prazo		(6.300)	(91.500)	(58.220)	(173.375)
Resgates de aplicações financeiras de curto prazo		9.174	88.948	80.401	155.305
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(18.950)	(6.049)	(230)	(27.642)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Captação de empréstimos e financiamentos		30.274	-	141.257	117.092
Amortização de empréstimos e financiamentos		(1.094)	(12.849)	(143.491)	(151.872)
Captação de mútuo com partes relacionadas		50.500	850	-	-
Amortização de mútuo com partes relacionadas		(22.737)	(5.535)	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		56.943	(17.534)	(2.234)	(34.780)
<b>AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>1.516</b>	<b>1.557</b>	<b>2.224</b>	<b>1.814</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>					
No início do exercício	4	4.922	3.365	6.957	5.143
No fim do exercício	4	6.438	4.922	9.181	6.957
<b>AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>1.516</b>	<b>1.557</b>	<b>2.224</b>	<b>1.814</b>

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>RECEITAS</b>					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	23	415.220	546.743	668.515	837.685
Outras receitas		823	(240)	2.243	(275)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	24	(2.536)	(1.716)	(3.903)	(2.608)
		<u>413.507</u>	<u>544.787</u>	<u>666.855</u>	<u>834.802</u>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>					
Custos dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados		(211.666)	(271.319)	(282.170)	(413.809)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(138.284)	(122.432)	(204.753)	(159.621)
Perda estimada por não recuperabilidade de ativos e provisão para reestruturação	11, 12 e 31	(18.325)	(126.489)	(25.051)	(170.927)
Outros descontos, abatimentos e doações		(1.227)	(1.125)	(1.675)	(2.600)
		<u>(369.502)</u>	<u>(521.365)</u>	<u>(513.649)</u>	<u>(746.957)</u>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		<b>44.005</b>	<b>23.422</b>	<b>153.206</b>	<b>87.845</b>
Depreciação, amortização e exaustão	24	(3.321)	(14.512)	(13.625)	(35.607)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		<u>40.684</u>	<u>8.910</u>	<u>139.581</u>	<u>52.238</u>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>					
Resultado da equivalência patrimonial	8	(20.675)	(78.654)	(15.629)	(28.629)
Receitas financeiras	26	3.009	4.914	30.573	22.734
Outras		507	206	1.434	1.100
		<u>(17.159)</u>	<u>(73.534)</u>	<u>16.378</u>	<u>(4.795)</u>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		<b><u>23.525</u></b>	<b><u>(64.624)</u></b>	<b><u>155.959</u></b>	<b><u>47.443</u></b>
<b>Pessoal:</b>					
Remuneração direta		56.999	62.700	91.162	95.233
Benefícios		21.462	23.372	42.551	38.673
FGTS		4.649	6.039	7.137	11.044
		<u>83.110</u>	<u>92.111</u>	<u>140.850</u>	<u>144.950</u>
<b>Impostos, taxas e contribuições:</b>					
Federais		31.643	71.105	50.654	92.849
Estaduais		27.288	25.778	37.324	20.533
Municipais		2.053	2.037	3.870	3.628
		<u>60.984</u>	<u>98.920</u>	<u>91.848</u>	<u>117.010</u>
<b>Remuneração de capital de terceiros:</b>					
Juros		22.060	14.318	58.007	39.176
Aluguéis		6.739	6.415	14.621	22.696
		<u>28.799</u>	<u>20.733</u>	<u>72.628</u>	<u>61.872</u>
<b>Remuneração de capitais próprios:</b>					
Prejuízos acumulados	21.c	(149.368)	(276.388)	(149.368)	(276.388)
Participação dos não controladores nos (prejuízos acumulados) lucros retidos		-	-	1	(1)
		<u>(149.368)</u>	<u>(276.388)</u>	<u>(149.367)</u>	<u>(276.389)</u>
		<u><u>23.525</u></u>	<u><u>(64.624)</u></u>	<u><u>155.959</u></u>	<u><u>47.443</u></u>

ETERNIT S.A. (em recuperação judicial)

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

## PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eternit S.A. – Em recuperação judicial (“Companhia” ou “Eternit”), com sede na Rua Dr. Fernandes Coelho, nº 85 - 8º andar, na cidade de São Paulo - SP, Brasil, é uma companhia de capital aberto, sem controlador, registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no segmento Novo Mercado, sob o código de negociação ETER3. Seus acionistas são pessoas físicas e jurídicas, clubes de investimento, fundos de investimento e fundações (vide nota explicativa nº 21 a).

A Companhia e suas controladas (denominadas em conjunto “Grupo”) têm como principal objeto social a industrialização e a comercialização de produtos de fibrocimento, cimento, concreto, gesso produtos de matéria plástica, exploração e beneficiamento do mineral crisotila, bem como outros materiais de construção e respectivos acessórios. Conta atualmente com 8 unidades industriais e 1 mineradora no Brasil, com filiais nas principais cidades brasileiras.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo abrangem informações da Eternit S.A. e as de suas controladas em 31 de dezembro de 2018, como seguem:

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Controle	Localização da sede social	Atividade principal
SAMA S.A. Minerações Associadas	100	100	Direto	Minaçu/GO	Mineração, exploração e beneficiamento do mineral crisotila.
Tégula Soluções para Telhados Ltda. “Tégula”	100	100	Direto	Atibaia/SP	Industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios.
Precon Goiás Industrial Ltda. “Precon Goiás”	100	100	Direto	Anápolis/GO	Industrialização e comercialização de produtos e artefatos de fibrocimento.
Prel Empreendimentos e Participações Ltda. “Prel”	100	100	Direto	São Paulo/SP	Participação em empresas industriais, comerciais, etc.
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda. “Eternit da Amazônia”	100	100	Direto	Manaus/AM	Industrialização e comercialização de fibras de polipropileno e pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção.
Atena Consultoria e Participações Ltda.	100	100	Indireto	São Paulo/SP	Gestão de patrimônio e administração de investimentos do grupo Eternit.
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	100	100	Indireto	São Paulo/SP	Gestão de patrimônio e administração de investimentos do grupo Eternit.
Engedis Distribuição Ltda. “Engedis”	100	100	Indireto	Minaçu/GO	Não possui atividade econômica.
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. “CSC”	60	60	Conjunto	Caucaia/CE	Industrialização, importação, exportação, comercialização, distribuição de louças sanitárias de cerâmica e acessórios para banheiro em geral.

Os principais produtos industrializados e/ou comercializados pelo Grupo, assim como os dados correlacionados à informação por segmento estão descritos na nota explicativa nº 27.

## Eventos operacionais relevantes

### 1.1 Recuperação judicial

O pedido foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 11 de abril de 2018 e deferido pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo em 16 de abril de 2018.

Em cumprimento ao art. 157, §4º da Lei nº 6.404/76 ("LSA") e da Instrução CVM nº 358/2002, o Grupo apresentou, em 02 de julho de 2018, seu Plano de Recuperação Judicial, no âmbito do processo de recuperação judicial da Companhia e de suas controladas que integram o polo ativo do Processo de Recuperação Judicial, que tramita perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP.

Em atendimento a pedidos por parte dos credores concursais no decorrer das negociações em andamento, o Grupo apresentou nova versão do Plano de Recuperação Judicial em 11 de janeiro de 2019, o qual está sujeito a aprovação em próxima Assembleia Geral de Credores. Conforme fato relevante em 11 de março de 2019 foi cancelada a retomada da Assembleia Geral de Credores que ocorreria no dia 13 de março de 2019 por decisão judicial que determinou sua realização em nova data a ser agendada. A Companhia manterá o mercado devidamente informado na medida em que a nova data for definida.

As informações referentes ao processo estão disponíveis no website da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e de relações com investidores da Eternit.

### 1.2 Continuidade operacional

A recuperação judicial, faz parte da reestruturação da Companhia e de suas controladas e controlada em conjunto e tem por objetivo a preparação de uma base sólida para os próximos anos, com modernidade, inovação e foco na rentabilidade dos negócios do Grupo, além do efeito de suspensão das ações e execuções atualmente em curso contra o Grupo.

O Grupo mantém suas atividades operacionais com expectativa de continuidade normal dos negócios nos segmentos em que atua. Como parte importante desse processo, encontra-se em andamento as negociações para fechamento de acordo com os credores e consequente aprovação do plano de recuperação judicial.

A Administração trabalha para se manter em recuperação judicial no menor tempo possível.

#### A questão jurídica do mineral crisotila no Brasil:

A Companhia e demais empresas que atuam no segmento de fibrocimento, que utilizam como matéria prima o mineral crisotila, devem atentar-se para o risco da atividade no Brasil cuja questão jurídica é regulamentada pela Lei Federal nº 9.055/1995 ("Lei Federal") – Decreto nº 2.350/1997 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

A referida Lei foi objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.066 proposta pela ANAMATRA E ANPT perante o Supremo Tribunal Federal ("STF"), julgada em 24 de agosto de 2017, tendo sido declarados 5 votos pela procedência da ação e consequente inconstitucionalidade da Lei Federal e 4 votos pela improcedência e consequente constitucionalidade da Lei Federal. De acordo com o artigo 97 da Constituição Federal, a inconstitucionalidade da Lei pressupõe voto de ao menos 06 dos 11 ministros o que não ocorreu. Por tal razão a Lei não foi considerada inconstitucional.



Posteriormente foram julgadas pelo STF as ADIs nº 3.406 e nº 3.470 propostas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria ("CNTI") contra a Lei Estadual do Rio de Janeiro que versam sobre a legalidade do uso do amianto crisotila neste Estado.

Neste julgamento foram declarados por maioria de votos a improcedência das referidas ADIs, o que resultou na constitucionalidade da Lei Estadual do Rio de Janeiro. Adicionalmente, foi declarada incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 2º da Lei Federal, com efeito "erga omnes", ou seja, atingindo todo o território nacional.

Em função da publicação desta decisão, O Grupo suspendeu, no início de dezembro de 2017, as atividades de suas controladas SAMA (mineradora) e Precon Goiás (fabricante de telhas de fibrocimento) até decisão definitiva da ação. As demais unidades de produção de telhas de fibrocimento seguiram operando normalmente apenas com a fibra sintética de polipropileno produzida na unidade de Manaus, conforme informado em Fato Relevante de 27 de novembro de 2017.

Entretanto, a autora das ADIs nº 3.406 e nº 3.470 – (CNTI) solicitou através de petição à relatora das ADIs a suspensão do efeito "erga omnes" até a publicação do acórdão, o que foi acolhido, permanecendo apenas a proibição nos Estados que proíbem a matéria prima.

Em face da decisão acima, o Grupo retomou as atividades das controladas Sama e Precon até a publicação do acórdão e fluência do prazo para oposição dos embargos de declaração, nos termos do referido despacho.

Conforme Fato Relevante divulgado em 10 de janeiro de 2019, o Grupo deixou de utilizar o amianto como matéria prima na fabricação de telhas de fibrocimento. A produção de telhas se dá exclusivamente com a utilização de fibras sintéticas.

Alguns países da União Européia tiveram prazo de 5 (cinco) anos para a substituição do amianto, levando em conta que as reservas minerárias já tinham se exaurido e não tinham demandas pelo produto acabado. Mesmo assim tiveram 5 (cinco) anos e outros países de economias desenvolvidas ainda usam o amianto, como os EUA e Alemanha, além dos países da Ásia que demandam o amianto.

A realidade no Brasil é diferente, tendo em vista que a jazida de amianto, cuja concessão foi cedida pelos Governos Federal e Estadual à SAMA tem reserva minerária conhecida e prospectada para mais de 35 (trinta e cinco) anos, de acordo com o atual nível de extração.

O Grupo esclarece que se não houver um prazo mínimo na modulação, conforme requerido nos embargos de declaração, o Grupo Eternit perderá o faturamento da controlada SAMA, que atualmente corresponde a aproximadamente 26% das receitas do Grupo, conforme reportado no ano de 2018, além de impactos no caixa em função do cumprimento antecipado do plano de fechamento de mina (que envolve questões ambientais) e consequentemente a baixa dos seus ativos. A Administração continua seus esforços no sentido de obter o direito de reestabelecer a operação da mina no mínimo até 2022.

O Grupo comunicou ao mercado em 01 de fevereiro de 2019 que tomou conhecimento da publicação dos acórdãos referente à decisão do Supremo Tribunal Federal quanto ao uso do amianto, tendo paralisado as atividades operacionais de mineração a partir de 11 de fevereiro de 2019. Maiores informações estão contidas na nota explicativa nº 11.3.

Para a controlada Precon os riscos estão associados aos investimentos necessários para adaptar a única linha de produção de telhas de fibrocimento para fibras sintéticas

ou transferir esta linha para a fábrica de Goiânia da Eternit ou até mesmo para outra região estratégica visando elevar o *market-share* neste segmento. Esta linha de produção encontra-se paralisada. A Administração do Grupo avalia alternativas em linha com o processo de recuperação judicial.

## 2. BASE PARA APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 2.1. Base de apresentação das Demonstrações Financeiras

#### a) Base de apresentação

Desmonstrações Financeiras individuais e consolidadas do Grupo foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

#### b) Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração do Grupo, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla as empresas relacionadas na nota explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessas empresas, com exceção da Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. - CSC, considerada com base nos parâmetros descritos no parágrafo anterior como empreendimento controlado em conjunto, que não é consolidada tendo seu resultado considerado nas demonstrações financeiras consolidadas com base no método da equivalência patrimonial, conforme previsto no CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto (IFRS 11).

A participação dos acionistas não controladores, sobre as empresas consolidadas é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, o resultado das

controladas é reconhecido através do método de equivalência patrimonial.

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da Companhia. Todos os saldos e transações entre as empresas controladas foram eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações entre a Companhia e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

#### Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho Administração e ratificadas pelo Conselho de Fiscal da Companhia, respectivamente em 22 de março de 2019, para divulgação em 22 de março de 2019.

## 2.2. Principais práticas contábeis

### a) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos apresentados consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

### b) Aplicações financeiras

São representadas por investimentos temporários que serão mantidos até as suas datas de vencimento, com conversibilidade em caixa em mais de 90 dias da data da aplicação, e estão registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações financeiras, que não excedem o valor de mercado ou de realização.

### c) Contas a receber

São registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente, quando aplicável, deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa. As contas a receber no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras.

O montante de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foi estimado com base na análise de risco dos créditos, que contempla histórico de perdas, percentual de inadimplência médio, situação individual dos clientes, situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos, e é considerada suficiente pela Administração do Grupo para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

d) Estoques

São apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos são compostos pelos custos diretos de materiais e, se aplicável, pelos custos diretos de mão de obra e pelos custos gerais incorridos para trazê-los as suas localizações e condições existentes. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido dos custos estimados para conclusão e custos necessários para a comercialização, venda e distribuição dos estoques. A perda estimada para redução ao valor realizável líquido considera a provisão para a realização dos itens de estoque cujo preço de venda estimado é abaixo do custo de produção, e também para aqueles itens de giro lento e que poderão se tornar obsoletos.

e) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, os honorários profissionais diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condições de uso e os custos de empréstimos, até que os bens estejam concluídos.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados como ativo somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e se os valores puderem ser mensurados de forma confiável. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação desses ativos inicia quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. O cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado é realizado pelo método linear a taxas que consideram a vida útil-econômica estimada de cada ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

f) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido ("pró rata temporis"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um exercício de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no

exercício em que são incorridos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Grupo não efetuou capitalização de custos com empréstimos que foram diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos qualificáveis.

g) Provisão para benefícios pós-emprego

O Grupo, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados.

i. Custos de aposentadoria e benefícios rescisórios

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

No caso dos planos de aposentadoria de benefício definido, o custo da concessão de benefícios é determinado pelo método da unidade de crédito projetada e a avaliação atuarial é realizada ao final do período anual de apresentação de relatório. A remensuração, que inclui ganhos e perdas atuariais, o efeito das mudanças no teto do ativo (se aplicável) e o retorno sobre ativos do plano (excluindo juros), é refletida imediatamente no balanço patrimonial como um encargo ou crédito reconhecido em outros resultados abrangentes no período em que ocorrem. A remensuração reconhecida em outros resultados abrangentes é refletida imediatamente em lucros acumulados e não será reclassificada para o resultado. O custo de serviços passados é reconhecido no resultado no período de ocorrência de uma alteração do plano. Os juros líquidos são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. Os custos de benefícios definidos são classificados como segue:

- Custo de serviços (incluindo custo de serviços correntes, custo de serviços passados e ganhos e perdas sobre reduções e liquidações);
- Despesa ou receita financeira líquida; e
- Remensuração.

O Grupo apresenta os três primeiros componentes de custos de benefícios definidos no resultado na rubrica "Provisão para benefício pós emprego".

Adicionalmente as remensurações são registradas nos resultados abrangentes.

Ganhos e perdas de redução são contabilizados como custos de serviços passados.

A obrigação de benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial representa o déficit ou excedente real nos planos de benefícios definidos do Grupo. Qualquer excedente resultante desse cálculo é limitado ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições dos planos ou reduções em contribuições futuras aos planos.

Um passivo decorrente de um benefício rescisório é reconhecido quando a entidade não consegue mais retirar a oferta do benefício rescisório ou quando o Grupo reconhece quaisquer custos de reestruturação relacionados, dos dois o que ocorrer antes.

ii. Benefícios a empregados no curto prazo e outros benefícios a empregados no longo prazo

Um passivo de benefícios a empregados é provisionado conforme o salário, férias e licenças no período em que os serviços relacionados são prestados, a um montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

Passivos de benefícios no curto prazo são mensurados pelo montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

Passivos de outros benefícios a longo prazo são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros que se estima que sairão do Grupo referentes aos serviços efetuados pelo empregado até a data de reporte.

iii. Contribuições de empregados ou terceiros a planos de benefícios definidos

Contribuições discricionárias realizadas por empregados ou terceiros reduzem o custo sobre o pagamento dessas contribuições para o plano.

Quando os termos formais dos planos determinam que contribuições serão feitas pelos empregados ou terceiros, a contabilização depende das contribuições estarem relacionadas ao serviço ou não, conforme segue:

- Se as contribuições não estiverem vinculadas ao serviço (por exemplo, é necessário efetuar contribuições para reduzir um déficit resultante de perdas sobre os ativos do plano ou de perdas atuariais), elas afetam a reavaliação do passivo (ativo) associado com o benefício definido líquido.
- Se as contribuições estiverem vinculadas ao serviço, elas reduzem os custos do serviço. Se o valor da contribuição depender do tempo (anos) de serviço, a entidade deve atribuir as contribuições ao período de serviço utilizando o método de atribuição exigido no parágrafo 70 da IAS 19 / CPC 33 (para os benefícios brutos). Se o valor da contribuição for independente do tempo (anos) de serviço, a entidade pode reduzir o custo do serviço no período em que o serviço relacionado é prestado, ou reduzir o custo do serviço, atribuindo as contribuições ao período de serviço do empregado.

h) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido da constituição das reservas legal de 5% e estatutária 5% do lucro, conforme a lei das sociedades anônimas. Adicionalmente poderá constituir, mediante proposta do Conselho de Administração, reservas para contingências e orçamento de capital. Após tais destinações, havendo ainda saldo remanescente, este será integralmente destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

i) Subvenção governamental

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que o Grupo irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas, essas subvenções são reconhecidas sistematicamente na rubrica "receita operacional líquida" durante os exercícios nos quais o Grupo reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. Ao

realizar a transferência do resultado do exercício para o Patrimônio Líquido, os valores são direcionados conforme sua natureza, Subvenção para Investimento ou Subvenção de método de custeio, cujo valor consta agregado ao resultado do exercício.

Os benefícios recebidos na forma de subvenção governamental são reclassificados a partir da destinação do resultado do exercício para conta específica de reserva de capital Subvenção para Investimento no Patrimônio Líquido.

j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, em função da exclusão de receitas ou adição de despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente nas empresas do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos no final de cada exercício, sobre as diferenças entre as bases contábil e fiscal dos ativos e passivos incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que o Grupo apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base na taxa de imposto esperada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas que foram promulgadas por lei tributária na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

k) Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

l) Receita operacional líquida

A receita é mensurada quando ou à medida que uma obrigação de desempenho (última etapa para reconhecimento da receita) for atendida, reconhecendo o seu preço de transação deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

O Grupo considera os termos dos contratos e todos os fatos e circunstâncias relevantes, a receita na venda de produtos é reconhecida quando os critérios estabelecidos em contrato são atendidos, os critérios definidos são:

- Identificar o contrato com o cliente;
- Identificar obrigações de desempenho definidas em contrato;
- Determinar o preço da transação;
- Alocar o preço da transação as obrigações de desempenho definidas em contrato;
- Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende as obrigações de desempenho definidas em contrato.

m) Receitas e despesas financeiras

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

n) Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

o) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo quando o Grupo for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.



### Classificação de ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Apesar do disposto acima, o Grupo pode fazer a opção/designação irrevogável a seguir no reconhecimento inicial de um ativo financeiro:

- O Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar variações subsequentes no valor justo de um investimento em instrumentos patrimoniais em outros resultados abrangentes se determinados critérios forem cumpridos (ver item (ii) abaixo); e
- O Grupo pode designar irrevogavelmente um investimento em instrumentos da dívida que atenda aos critérios de custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como mensurado ao valor justo por meio do resultado se ao fazer isso o Grupo eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil.

#### (i) Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da

amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas.

A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, o Grupo reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos de relatório subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, o Grupo reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ajustada com base no crédito ao custo amortizado do ativo financeiro após o reconhecimento inicial. O cálculo não reverte a base bruta mesmo que o risco de crédito do ativo financeiro melhore subsequentemente de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Resultado financeiro líquido" (nota explicativa nº 26).

(ii) Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

No reconhecimento inicial, o Grupo pode fazer a opção irrevogável (instrumento a instrumento) de designar investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A designação ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é permitida se o investimento em instrumentos patrimoniais for mantido para negociação ou se for uma contraprestação contingente reconhecida por um comprador em uma combinação de negócios.

Um ativo financeiro é mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- For um derivativo (exceto por derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de hedge designado e efetivo).

Os investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são inicialmente mensurados ao valor justo acrescidos dos custos da transação. Subsequentemente, eles são mensurados ao valor justo com os ganhos e as perdas decorrentes de variações no valor justo reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados na reserva de reavaliação de investimentos. Os ganhos ou perdas acumuladas não serão reclassificados para o

resultado na alienação dos investimentos em instrumentos patrimoniais; pelo contrário, eles serão transferidos para lucros acumulados.

Os dividendos sobre esses investimentos em instrumentos patrimoniais são reconhecidos no resultado de acordo com a IFRS 9 (CPC 48), a menos que os dividendos claramente representem uma recuperação de parte do custo do investimento. Os dividendos são incluídos na conta "Receitas financeiras" no resultado.

(iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ver itens (i) a (ii) acima) são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

- Os instrumentos da dívida que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide itens (i) e (ii) acima) são classificados ao valor justo por meio do resultado.

#### Passivos financeiros e patrimônio líquido

##### Classificação como dívida ou patrimônio líquido

Os instrumentos da dívida e patrimoniais são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial.

##### Instrumentos patrimoniais

Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

##### Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Porém, os passivos financeiros resultantes quando a transferência de um ativo financeiro não se qualifica para baixa ou quando a abordagem de envolvimento contínuo é aplicável, e os contratos de garantia financeira emitidos pelo Grupo, são mensurados de acordo com as políticas contábeis específicas descritas a seguir.

##### Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido, principalmente, para fins de recompra no curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou

O passivo financeiro, exceto pelo passivo financeiro mantido para negociação ou contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado mediante reconhecimento inicial se:

- Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que surgiria de outra forma; ou
- O passivo financeiro fizer parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros, ou ambos, que seja administrado e cujo desempenho seja avaliado com base no seu valor justo, de acordo com a gestão de risco documentada ou a estratégia de investimento do Grupo, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas internamente nessa base; ou
- O passivo financeiro fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e a IFRS 9 (CPC 48) permitir que o contrato combinado como um todo seja designado ao valor justo por meio do resultado.

#### Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado

Passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todas as honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

### 2.3. Normas, alterações e interpretações de normas

#### a) Vigência a partir do exercício iniciado em 01 de janeiro de 2018

##### CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9):

##### Requerimento:

Tem o objetivo, em última instância, de substituir o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. As principais mudanças foram nas classificações de ativos financeiros, onde a nova norma elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda, conforme CPC 48 / IFRS 9 as novas classificações são mensuradas ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócio da entidade ou nas características de fluxo de caixa contratual dos ativos.

Foi excluída a possibilidade da avaliação retrospectiva e da avaliação da eficácia do *hedge accounting* no intervalo entre 80 e 125%, para este último caso deverá a própria entidade avaliar a relação da eficácia do hedge. Também fica proibido a interrupção voluntária do *hedge accounting* se o objetivo de gestão de risco se mantiver.

O Grupo não possuía contabilidade de *hedge* em 01 de janeiro de 2018.

Impacto nas demonstrações financeiras:

Esta alteração não gerou impactos retrospectivos na mensuração dos ativos financeiros do Grupo. Em 01 de janeiro de 2018 o Grupo detinha apenas instrumentos financeiros classificados na categoria de empréstimos e recebíveis que foi readequada para mensuração e apresentação pelo custo amortizado conforme demonstrado no quadro abaixo.

Ativos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 9
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis do Grupo relacionadas a instrumentos financeiros, com exceção da redução ao valor recuperável (*impairment*) dos ativos financeiros contas a receber de clientes. De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, o modelo de “perdas incorridas” do IAS 39 foi substituído por um modelo prospectivo de “perdas esperadas”.

Foi aplicado o modelo simplificado através da adoção de uma matriz de provisões por vencimentos proposta no item B5.5.35 do CPC 48 / IFRS 9, utilizando sua experiência de perda de crédito histórica para as contas a receber de clientes para estimar as perdas de crédito esperadas para 12 meses; o Grupo apura anualmente as taxas de perdas esperadas por faixa de idade de vencimento das contas a receber de cliente, as taxas apuradas são aplicadas sobre o saldo das contas a receber de cliente vencidos e a vencer.

CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS 15):

Requerimento:

A norma substitui o CPC 17 / IAS 11 - Contratos de construção e o CPC 30 / IAS 18 - Receitas e correspondentes interpretações.

Impacto nas demonstrações financeiras:

O Grupo avaliou os princípios fundamentais da IFRS 15 onde introduziu um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- Identificar o contrato com o cliente;
- Identificar obrigações de desempenho definidas em contrato;
- Determinar o preço da transação;
- Alocar o preço da transação as obrigações de desempenho definidas em contrato;
- Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende as obrigações de desempenho definidas em contrato.

O Grupo reconhece receitas provenientes das seguintes operações:

Exploração e beneficiamento do mineral crisotila, industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios, industrialização e comercialização de produtos

e artefatos de fibrocimento, industrialização, exportação, comercialização, distribuição de louças sanitárias de cerâmica e acessórios para banheiro em geral.

Dentro das premissas dos 5 passos para reconhecimento da receita, o Grupo identificou obrigações de bonificação e multas por descumprimento contratual, que compõem a Receita Operacional Líquida, porém não são significativas para o faturamento do Grupo.

b) Vigência a partir do exercício iniciado em 01 de janeiro de 2019

CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16):

A referida norma altera substancialmente os critérios para o reconhecimento por parte dos arrendatários das operações envolvendo contatos de locação e arrendamento de bens, onde a empresa passa a reconhecer o passivo referente ao fluxo de pagamentos futuros, em contrapartida ao direito de uso do ativo objeto do arrendamento. A norma isenta o reconhecimento das operações de curto prazo em até doze meses, bem como operações consideradas de baixo valor.

O Grupo avaliou as suas operações e contratos existentes em 31 de dezembro de 2018 e estima que os impactos da adoção inicial desta nova norma, represente um valor presente líquido nas obrigações de arrendamento de R\$11.664. O principal efeito decorre do reconhecimento do contrato de aluguel do galpão industrial onde encontra-se instalada a fábrica de polipropileno em Manaus-AM, com prazo de vencimento em março/2027, haja vista que o Grupo possui o direito de controlar o ativo por um longo período em troca de contraprestação. Os demais contratos referem-se à locação de equipamentos industriais e de logística relacionados às atividades operacionais da empresa e que segundo a norma não se qualificam como operação de arrendamento mercantil.

### 3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das principais práticas contábeis do Grupo, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas são continuamente avaliadas e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada exercício das demonstrações financeiras, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

#### 3.1. Vida útil dos bens do imobilizado

O Grupo revisa periodicamente os valores recuperáveis e estimativas de vida útil do imobilizado. São analisados fatos econômicos, mudanças de negócios, mudanças tecnológicas ou qualquer forma de utilização do bem que afete a vida útil desses ativos. As atuais taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos.

#### 3.2. Perdas pela não recuperabilidade de ativos

O Grupo realiza testes de recuperação de seus ativos, notadamente de ágio e de outros ativos não circulantes, com base em projeções de fluxo de caixa descontado que levam em consideração premissas como: custo de capital, taxas de crescimento, metodologia para determinação de capital de giro, plano de investimentos e projeções econômico-

financeiras de longo prazo. Adicionalmente, as projeções são atualizadas levando em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da Companhia e suas controladas e controlada em conjunto, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa). Os testes de recuperação destes ativos são realizados anualmente, sendo antecipados se eventos ou circunstâncias indiquem a necessidade. O valor presente do fluxo de caixa descontado, ou valor em uso é comparado com o valor contábil desse ativo.

### 3.3. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Administração do Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica. As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

### 3.4. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A provisão refere-se aos processos judiciais e autuações sofridas pelo Grupo. A obrigação é reconhecida no momento em que for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

### 3.5. Provisão para benefício pós-emprego

O valor atual da provisão para benefício pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculo atuarial, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto, modalidade de plano e inflação, entre outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 17. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e bancos	3.163	400	5.100	2.270
Aplicações em certificados de depósitos bancários (*)	<u>3.275</u>	<u>4.522</u>	<u>4.081</u>	<u>4.687</u>
	<u>6.438</u>	<u>4.922</u>	<u>9.181</u>	<u>6.957</u>

As aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), aplicadas em renda fixa, são remuneradas pela taxa média de 8,71% a.a. (15,42% a.a. em 2017) da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(\*) O Grupo celebrou Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Duplicatas junto ao Banco Sofisa S.A. conforme divulgado nas notas explicativas nº 14 e 30. Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo mantinha em aplicações financeiras na mesma instituição bancária o montante de R\$2.356 para complemento de composição da garantia mínima atrelada a essa operação. Essa aplicação pode ser resgatada a qualquer momento, desde que ocorra a substituição da garantia por outros recebíveis.

## 5. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Mercado interno	52.214	60.690	64.825	76.442
Mercado externo	-	-	70.219	71.572
	52.214	60.690	135.044	148.014
Ajuste a valor presente	-	-	-	(119)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(5.700)	(3.197)	(9.797)	(5.998)
	46.514	57.493	125.247	141.897

Composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
À vencer:				
Até 1 ano	42.493	53.212	113.116	119.887
Valores vencidos:				
Até 90 dias	3.423	2.899	10.434	19.227
Entre 91 e 180 dias	649	377	1.949	1.582
Entre 181 e 360 dias	1.105	1.319	1.927	1.634
Acima de 360 dias	4.544	2.883	7.618	5.684
	52.214	60.690	135.044	148.014
Ajuste a valor presente	-	-	-	(119)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(5.700)	(3.197)	(9.797)	(5.998)
	46.514	57.493	125.247	141.897

Movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	(3.197)	(4.883)	(5.998)	(8.318)
Perdas estimadas	(3.880)	(3.358)	(5.611)	(5.593)
Reversões de perdas estimadas	1.344	1.642	1.708	2.985
Baixa definitiva	33	2.975	104	4.448
Reclassificações (*)	-	480	-	480
Incorporação	-	(53)	-	-
Saldo final	(5.700)	(3.197)	(9.797)	(5.998)

(\*) Reclassificação de perda do ativo circulante para o não circulante na rubrica "Outros ativos não circulantes".

Em 31 de dezembro de 2018, R\$23.755 do contas a receber estava atrelado a operações financeiras, sendo R\$10.111 relativos a operações de duplicatas descontadas junto ao Banco Daycoval S.A e R\$13.644 para composição da garantia mínima atrelada a operação de crédito bancário junto ao Banco Sofisa S.A. Maiores informações dessas transações estão divulgadas nas notas explicativas nº 14 e 30.



## 6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Produtos acabados	57.262	38.708	71.013	59.143
Produtos semi-acabados	-	-	1.995	4.155
Mercadorias para revenda	3.590	4.834	4.973	6.634
Matérias-primas	9.580	14.580	11.916	21.540
Materiais auxiliares	7.507	6.456	19.920	18.602
(-) Perda estimada para redução ao valor realizável líquido	(10.510)	(4.792)	(19.251)	(11.073)
Saldo final	67.429	59.786	90.566	99.001

A movimentação da perda estimada para redução ao valor realizável líquido está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	(4.792)	(1.071)	(11.073)	(2.996)
Adição	(8.596)	(4.480)	(13.571)	(9.463)
Reversão	2.878	759	5.393	1.386
Saldo final	(10.510)	(4.792)	(19.251)	(11.073)

## 7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	1.788	2.159	5.375	2.928
Imposto de renda retido na fonte – IRRF (**)	15.814	15.514	16.149	15.767
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ (**)	9.271	12.168	13.348	14.513
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	210	532	1.730	1.357
IRRF - Juros sobre o capital próprio	-	702	-	702
Incentivos fiscais (*)	96	178	199	282
Programa de integração social – PIS	-	-	3.045	1.797
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	-	-	11.725	8.279
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	149	150	630	593
Outros	652	468	1.475	1.265
	27.980	31.871	53.676	47.483
Circulante	3.188	7.293	14.026	12.637
Não circulante	24.792	24.578	39.650	34.846

(\*) Subvenção Governamental do Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás – FOMENTAR com objetivo de incrementar a implantação e a expansão de atividades que promovam o desenvolvimento industrial do Estado de Goiás.

(\*\*) Imposto de renda retido na fonte, dos anos base 1999 e 1998, não prescritos, conforme Lei Complementar 118/2005. Os assessores jurídicos do Grupo entendem que a probabilidade de recuperação desses créditos é possível. Em 31 de dezembro de 2018 o processo aguardava apreciação e julgamento do Superior Tribunal de Justiça.

## 8. INVESTIMENTOS E PROVISÃO PARA PERDA EM INVESTIMENTOS

Investimentos nas controladas e provisão para perda no investimento da controlada em conjunto CSC:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	118.027	203.707	-	3.546
Adições aos investimento	55.438	1.218	57.187	10.659
Resultado da equivalência patrimonial	(20.675)	(78.654)	(15.629)	(28.629)
Equivalência patrimonial dos resultados abrangentes	(8.463)	(12.536)	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	(5.233)	-	-
Dividendos declarados	-	(4.899)	-	-
Transferência para provisão para perdas em investimentos	15.629	14.424	15.629	14.424
Saldo final	<u>159.956</u>	<u>118.027</u>	<u>57.187</u>	<u>-</u>
Saldo da provisão para perda em investimentos	<u>(30.053)</u>	<u>(14.424)</u>	<u>(30.053)</u>	<u>(14.424)</u>

Em 2018 as controladas Prel e Tégula adquiriram 99,99% e 0,01%, respectivamente, da participação das empresas Atena Empreendimentos e Participações Ltda. e Cordoba Empreendimentos e Participações Ltda. que tem seu objeto social descrito na nota explicativa nº 1 de contexto operacional.

A controlada Atena adquiriu 40% da participação da controlada em conjunto CSC, através de contrato de compra e venda de ações celebrado em 27 de abril de 2018 com a Companhia Colombiana de Cerâmica SAS (Colcerâmica). Neste contrato, o preço inicial pago pela controlada Atena foi de R\$1,00, no ato da assinatura do contrato. Adicionalmente, foram estabelecidos termos para o pagamento do restante, conforme venda dos bens ou ações da empresa. A aprovação das condições de pagamento desta transação foi incluída no plano de recuperação judicial que está sujeito à aprovação em Assembleia Geral de Credores, a realizar-se em data a ser agendada e divulgada posteriormente pela Companhia. Até a data de aprovação, a controlada em conjunto, CSC, não terá seus saldos consolidados e continuará sendo apresentada pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que o controle ainda não foi adquirido.

Para a controlada em conjunto CSC, conforme laudo constante no Plano de Recuperação Judicial, foi realizada avaliação a valor de mercado de seus ativos imobilizados, que demonstrou não haver evidência de *impairment*.

## Resumo das principais informações dos investimentos em 31 de dezembro de 2018:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação %	Realização do lucro nos estoques	Resultado da equivalência patrimonial	Lucro não realizado nos estoques	Investimento temporário (**)	Saldo de investimento	Provisão para perdas em investimento	Total em investimento
<b>Controladas</b>												
Sama S.A. - Minerações Associadas	199.487	172.807	26.680	6.832	99,99%	664	7.496	(892)	-	25.789	-	25.789
Prel Empreendimentos e Participações Ltda. (*)	6.293	499	5.794	1.019	99,70%	-	1.016	-	-	5.777	-	5.777
Precon Goiás Industrial Ltda.	56.141	20.743	35.398	4.235	99,99%	-	4.234	-	-	35.396	-	35.396
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	100.977	74.110	26.867	(5.773)	99,99%	193	(5.579)	101	-	26.965	-	26.965
Tégula Soluções Para Telhados Ltda.	22.807	13.964	8.843	(12.214)	99,99%	-	(12.213)	-	-	8.842	-	8.842
Subtotal controladas	<u>385.705</u>	<u>282.123</u>	<u>103.582</u>	<u>(5.901)</u>		<u>857</u>	<u>(5.046)</u>	<u>(791)</u>	<u>-</u>	<u>102.769</u>	<u>-</u>	<u>102.769</u>
<b>Controlada em conjunto</b>									-			
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. (**)	157.197	207.286	(50.089)	(26.049)	60,00%	-	(15.629)	-	57.187	27.134	(30.053)	57.187
Subtotal controlada em conjunto	<u>157.197</u>	<u>207.286</u>	<u>(50.089)</u>	<u>(26.049)</u>		<u>-</u>	<u>(15.629)</u>	<u>-</u>	<u>57.187</u>	<u>27.134</u>	<u>(30.053)</u>	<u>57.187</u>
Total controladora							(20.675)			129.903	(30.053)	159.956
Total consolidado							(15.629)			27.134	(30.053)	57.187

(\*) Em 2018 houve alteração na participação societária da empresa Prel Empreendimentos e Participações de 99,99% para 99,70%.

(\*\*) Por conta do pedido de recuperação judicial da Eternit, determinados empréstimos da sua controlada em conjunto – CSC tiveram seu vencimento antecipado e consequentemente as garantias vinculadas a estes contratos foram executadas. Assim, a Eternit passou a deter direitos com a CSC, no montante de R\$57.187 decorrentes de:

- i) Execução de garantias bancárias, de parte da dívida, no valor de R\$44.551;
- ii) Notas promissórias no valor de R\$12.636, decorrente do pagamento adicional realizado pela Companhia Colombiana de Cerâmica SAS referente a execução de garantias bancárias, maiores detalhes na nota explicativa nº 14.

## Resumo das principais informações dos investimentos em 31 de dezembro de 2017:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação %	Realização do lucro nos estoques	Resultado da equivalência patrimonial	Lucro não realizado nos estoques	Saldo de investimento	Provisão para perdas em investimento	Total em investimento
<b>Controladas</b>											
Sama S.A. - Minerações Associadas	186.461	158.148	28.313	(39.505)	100,00%	(2.018)	(37.487)	(1.556)	26.757	-	26.757
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	6.559	48	6.511	(802)	100,00%	-	(802)	-	6.511	-	6.511
Precon Goiás Industrial Ltda.	40.156	8.993	31.163	7.230	99,99%	-	7.230	-	31.161	-	31.161
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	98.090	65.451	32.639	(1.716)	99,99%	(667)	(1.049)	(93)	32.543	-	32.543
Tégula Soluções Para Telhados Ltda.	28.506	7.449	21.057	(18.103)	99,99%	-	(18.101)	-	21.055	-	21.055
Wagner Ltda. (*)	-	-	-	184	99,85%	-	184	-	-	-	-
Subtotal controladas	<u>359.772</u>	<u>240.089</u>	<u>119.683</u>	<u>(52.712)</u>		<u>(2.685)</u>	<u>(50.025)</u>	<u>(1.649)</u>	<u>118.027</u>	<u>-</u>	<u>118.027</u>
<b>Controlada em conjunto</b>											
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	<u>186.211</u>	<u>210.251</u>	<u>(24.040)</u>	<u>(47.715)</u>	60,00%	-	(28.629)	-	(14.424)	(14.424)	-
Subtotal controlada em conjunto	<u>186.211</u>	<u>210.251</u>	<u>(24.040)</u>	<u>(47.715)</u>		-	(28.629)	-	(14.424)	(14.424)	-
Total controladora							(78.654)		103.603	(14.424)	118.027
Total consolidado							(28.629)		(14.424)	(14.424)	-

(\*) Empresa incorporada por Eternit S.A. em 20 de Dezembro de 2017.

## Informações financeiras resumidas sobre o empreendimento controlado em conjunto Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.:

	31/12/2018	31/12/2017		31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante	43.245	63.679	Receita operacional líquida	42.593	47.357
Ativo não circulante	<u>113.952</u>	<u>122.532</u>	Custos dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados	(46.766)	(53.547)
Total do ativo	<u>157.197</u>	<u>186.211</u>	Despesas financeiras	(5.101)	(23.304)
			Receitas financeiras	1.314	4.084
Passivo circulante	65.864	126.777	Depreciação e amortização	5.975	5.801
Passivo não circulante	141.422	83.474	Prejuízo líquido do exercício	(26.049)	(47.714)
Patrimônio líquido	<u>(50.089)</u>	<u>(24.040)</u>			
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>157.197</u>	<u>186.211</u>			

## 9. PARTES RELACIONADAS

## a) Saldos e transações da controladora com partes relacionadas

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2018		31/12/2017		31/12/2018		31/12/2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Controladas:</b>								
Atena Consultoria e Participações Ltda.	-	(16.705)	-	-	1.667	-	-	-
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	7.387	(10.478)	13.130	(6.531)	-	-	-	-
Precon Goiás Industrial Ltda.	636	(22.327)	867	(381)	-	-	-	-
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	-	(1.529)	-	(2.407)	23	-	-	-
Sama S.A.	6.733	(36.641)	3.735	(28.990)	-	-	-	-
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	3.195	-	859	-	-	-	-	-
Subtotal controladas	<u>17.951</u>	<u>(87.680)</u>	<u>18.591</u>	<u>(38.309)</u>	<u>1.690</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Controlada em Conjunto:</b>								
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	17.019	(91)	9.202	(89)	17.019	(91)	9.202	(89)
Subtotal controlada em conjunto	<u>17.019</u>	<u>(91)</u>	<u>9.202</u>	<u>(89)</u>	<u>17.019</u>	<u>(91)</u>	<u>9.202</u>	<u>(89)</u>
<b>Total em partes relacionadas</b>	<u>34.970</u>	<u>(87.771)</u>	<u>27.793</u>	<u>(38.398)</u>	<u>18.709</u>	<u>(91)</u>	<u>9.202</u>	<u>(89)</u>
Circulante	8.830	(27.992)	17.754	(7.153)	1.764	(91)	-	(89)
Não Circulante	26.140	(59.779)	10.039	(31.245)	16.945	-	9.202	-

	Controladora											
	Clientes (i)		Notas de débito (ii)		Juros sobre o capital próprio		Adiantamento à fornecedores		Mútuo (iii)		Cessão de Crédito (v)	
Ativo	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Controladas												
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	-	-	1	20	-	-	3.205	13.110	-	-	4.181	-
Precon Goiás Industrial Ltda.	76	92	112	327	448	448	-	-	-	-	-	-
Sama S.A	-	-	4.250	1.317	1.392	1.392	-	-	1.091	1.026	-	-
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	14	-	8	22	-	-	-	-	1.193	837	1.980	-
Subtotal controladas	90	92	4.371	1.686	1.840	1.840	3.205	13.110	2.284	1.863	6.161	-
Controlada em conjunto												
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	2.795	1.913	1.969	1.284	-	-	-	-	8.485	6.005	3.770	-
Subtotal controlada em conjunto	2.795	1.913	1.969	1.284	-	-	-	-	8.485	6.005	3.770	-

Ativo	Consolidado											
	Clientes (i)		Notas de débito (ii)		Mútuo (iii)		Conta Corrente (iv)		Cessão de Crédito (v)			
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017		
Controladas												
Atena Consultoria e Participações Ltda.	-	-	7	-	-	-	1.660	-	-	-		
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	23	-	-	-	-	-	-	-		
Subtotal controladas	-	-	30	-	-	-	1.660	-	-	-		
Controlada em conjunto												
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	2.795	1.913	1.969	1.284	8.485	6.005	-	-	3.770	-		
Subtotal controlada em conjunto	2.795	1.913	1.969	1.284	8.485	6.005	-	-	3.770	-		
Passivo	Controladora											
	Fornecedores (i)		Notas de débito (ii)		Aluguel		Mútuo (iii)		Conta Corrente (iv)		Cessão de Crédito (v)	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Controladas												
Atena Consultoria e Participações Ltda.	-	-	(195)	-	-	-	-	-	(16.510)	-	-	-
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	(10.478)	(6.531)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Precon Goiás Industrial Ltda.	(62)	(367)	(71)	(14)	-	-	(22.194)	-	-	-	-	-
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	(400)	(46)	(46)	(46)	(580)	(2.315)	-	-	(503)	-
Sama S.A	412	(12)	(48)	(48)	-	-	(37.005)	(28.930)	-	-	-	-
Subtotal controladas	(10.128)	(6.910)	(714)	(108)	(46)	(46)	(59.779)	(31.245)	(16.510)	-	(503)	-
Controlada em conjunto												
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	-	-	(91)	(89)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal controlada em conjunto	-	-	(91)	(89)	-	-	-	-	-	-	-	-

- (i) Os saldos de compras e vendas referem-se basicamente a fornecimentos de matéria-prima (mineral crisotila e fibra sintética) e/ou produtos acabados e prestação de serviços e/ou contratos de locação, eliminados nas informações contábeis consolidadas da Companhia. O empreendimento controlado em conjunto, que tem consolidação por equivalência patrimonial, não é eliminado no consolidado.
- (ii) Referem-se basicamente a reembolsos de despesas sem vencimento predeterminado e sem incidência de juros.
- (iii) Referem-se a contratos de mútuo sobre os quais incidem Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, IRRF e variação de 100% e 124% a.a. do CDI, com prazo de amortização de 24 meses a partir da data do aditamento, renováveis por mais 24 meses.
- (iv) Refere-se a valores transferidos à controlada Atena responsável pela administração e pagamento de fornecedores do Grupo.
- (v) Cessão de crédito celebrada em dezembro/2018, sem vencimento predeterminado e sem incidência de juros.

As transações entre partes relacionadas são efetuadas em condições estabelecidas entre as partes, em 31 de dezembro de 2018.

	Controladora e Consolidado													
	Vendas		Compras		Despesas Administrativas		Outras despesas		Juros sobre mútuo despesa		Juros sobre mútuo receita		JCP receita	
Resultado	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Controladas														
Atena Consultoria e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	(195)	-	-	-	-	-	-	-
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	-	-	(39.445)	(38.933)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Precon Goiás Industrial Ltda.	1.063	8.249	(28)	(1.719)	-	-	-	-	(1.020)	-	-	-	-	2.131
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	-	-	(614)	(694)	(400)	-	-	-	6	-	-	-
Sama S.A	-	17	324	(30.233)	-	-	-	-	(2.269)	(2.951)	82	33	-	3.101
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	153	72	-	-	-	-	-	-	-	-	69	47	-	-
Subtotal controladas	1.216	8.338	(39.149)	(70.885)	(614)	(694)	(595)	-	(3.289)	(2.951)	157	80	-	5.232
Controlada em conjunto														
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	565	1.005	-	-
Subtotal controlada em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	565	1.005	-	-
Total controladora	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	722	1.085	-	-
Total consolidado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	565	1.005	-	-

## b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Grupo reconheceu as despesas com remuneração e benefícios de curto e longo prazos do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Salários, honorários e benefícios	5.991	6.033	5.991	9.004
Encargos sociais	1.338	1.260	1.339	1.399
Bônus	1.440	1.107	4.185	3.218
Benefício pós-emprego	354	168	354	168
	<b>9.123</b>	<b>8.568</b>	<b>11.869</b>	<b>13.789</b>

A remuneração da Administração e Conselho Fiscal é estabelecida pela Assembleia Geral Ordinária – AGO de acordo com a legislação societária e estatuto social da Companhia.

Deste modo, foi apresentado e aprovado na AGO realizada em 27 de abril de 2018 o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho Fiscal, fixado em até R\$ 12.165 para o exercício de 2018 (R\$ 11.178 para o exercício de 2017).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a posição acionária da Diretoria era de 51.399 ações - ETER3 (325.100 ações - ETER3 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017), conforme movimentação abaixo:

Movimentação das ações da Diretoria	
Em 31 dezembro de 2017	325.100
Venda	(9.300)
Outras entradas (*)	9.300
Outras saídas (**)	(16.700)
Grupamento (***)	(257.001)
Em 31 dezembro de 2018	<u>51.399</u>

(\*) Outras Entradas referem-se à eleição de diretor na reunião do Conselho de Administração realizada em 08/05/2018.

(\*\*) Referem-se à destituição de diretor, conforme Reunião do Conselho de Administração realizada em 31/08/2018.

(\*\*\*) Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de setembro de 2018, foi aprovada a proposta de grupamento das ações ordinárias emitidas pela Companhia, sendo que cada 6 (seis) ações passaram a ser representadas por 1 (uma) ação da mesma espécie. Contudo, as ações são demonstradas na forma grupadas automaticamente pela instituição depositária, o Banco Itaú Unibanco S.A., na conta dos acionistas no dia 01 de novembro de 2018.

## 10. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Condomínio Eldorado Bussiness Tower	796	796	796	796
Edifício Pantheon - São Paulo	-	-	3.033	3.033
Tégula – Unidade Anápolis	-	-	1.023	1.023
Tégula – Unidade Camaçari	-	-	935	935
Tégula – Unidade Frederico Westphalen	-	-	1.519	1.519
	<u>796</u>	<u>796</u>	<u>7.306</u>	<u>7.306</u>

Os ativos descritos acima encontram-se disponíveis para venda. O objetivo desta desmobilização dos ativos não operacionais é a realização de caixa para o Grupo. A venda dos ativos só poderá ser efetivada após a aprovação das condições incluídas no plano de recuperação judicial que está sujeito à aprovação em Assembleia Geral de Credores.

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial o Grupo deverá promover, no prazo de 18 meses a contar da data de homologação, a alienação de ativos para viabilizar o fluxo de caixa para pagamento dos credores concursais.

O valor justo por meio do resultado, menos as despesas de venda do negócio, são superiores aos valores contábeis dos ativos relacionados. Não existem passivos associados aos ativos mantidos para venda.



## 11. IMOBILIZADO

	Controladora						Total
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos, ferramentas e instalações	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios	Imobilizações em andamento	
<u>Custo</u>							
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.178	35.691	260.765	1.349	11.256	443	312.682
Adições	-	-	-	-	-	4.488	4.488
Baixas	-	(271)	(937)	(219)	(131)	-	(1.558)
Transferências	-	841	3.522	-	110	(4.473)	-
Transferência por recuperabilidade de crédito fiscal (*)	-	(282)	(6786)	-	-	-	(7068)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.178	35.979	256.564	1.130	11.235	458	308.544
Adições	-	-	-	-	-	5.836	5.836
Baixas	-	(109)	(864)	-	(166)	-	(1.139)
Transferências	-	81	4.692	677	77	(5.527)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.178	35.951	260.392	1.807	11.146	767	313.241
Taxas médias de depreciação		4%	11,20%	20%	15%		
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	(21.705)	(131.798)	(972)	(7.795)	-	(162.270)
Adições	-	(852)	(11.068)	(43)	(872)	-	(12.835)
Baixas	-	56	893	219	105	-	1.273
Transferência por recuperabilidade de crédito fiscal (*)	-	26	1.178	-	-	-	1.204
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	(22.475)	(140.795)	(796)	(8.562)	-	(172.628)
Adições	-	(815)	(9.017)	(61)	(781)	-	(10.674)
Baixas	-	89	800	-	163	-	1.052
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	(23.201)	(149.012)	(857)	(9.180)	-	(182.250)
<u>Perda por redução do valor Recuperável</u>							
Perda de ativos por substituição da matéria-prima							
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	(612)	(4.907)	-	-	-	(5.519)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	(612)	(4.907)	-	-	-	(5.519)
<u>Perda por redução do valor Recuperável</u>							
Perda por redução ao valor recuperável – teste de “impairment”							
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(2.146)	(9.582)	(79.541)	(223)	(1.940)	-	(93.432)
Adições	(457)	(1.470)	(14.584)	(329)	-	-	(16.840)
Reversão	-	760	7.243	15	418	-	8.436
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(2.603)	(10.292)	(86.882)	(537)	(1.522)	-	(101.836)
<u>Valor residual</u>							
Em 31 de dezembro de 2017	1.032	3.310	31.321	111	733	458	36.965
Em 31 de dezembro de 2018	575	1.846	19.591	413	444	767	23.636

## Consolidado

	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos, ferramentas e instalações	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios	Desmobilização e contenção da Mina	Imobilizações em andamento	Total
<b>Custo</b>								
Saldo em 31 de dezembro de 2016	5.655	80.761	628.633	23.835	24.657	19.970	1.731	785.242
Adições	-	-	-	-	-	4.306	4.992	9.298
Baixas	-	(10.077)	(2.921)	(1.112)	(170)	-	(13)	(14.293)
Transferências	(1)	880	4.975	3	230	-	(6.087)	-
Reclassificação ativo mantido para venda	240	1.141	1.021	-	-	-	-	2.402
Transferência por recuperabilidade de crédito fiscal (*)	-	(282)	(6.786)	-	-	-	-	(7.068)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.894	72.423	624.922	22.726	24.717	24.276	623	775.581
Adições	-	-	-	-	-	-	6.738	6.738
Baixas	-	(114)	(2.050)	-	(169)	-	-	(2.333)
Transferências	-	178	5.207	720	104	-	(6.209)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.894	72.487	628.079	23.446	24.652	24.276	1.152	779.986
Taxas médias de depreciação	-	4%	15,50%	23,40%	15%	4,10%		
<b>Depreciação acumulada</b>								
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(49.648)	(370.510)	(22.108)	(17.310)	(7.950)	-	(467.526)
Adições	-	(2.125)	(27.402)	(536)	(1.824)	(1.085)	-	(32.972)
Baixas	-	7.232	1.900	887	142	-	-	10.161
Transferências	-	5	(5)	1	-1	-	-	-
Reclassificação ativo mantido para venda	-	(567)	(817)	-	-	-	-	(1.384)
Transferência por recuperabilidade de crédito fiscal (*)	-	26	1.178	-	-	-	-	1.204
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(45.077)	(395.656)	(21.756)	(18.993)	(9.035)	-	(490.517)
Adições	-	(1.717)	(20.453)	(388)	(1.614)	(1.142)	-	(25.314)
Baixas	-	90	1.611	-	165	-	-	1.866
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(46.704)	(414.498)	(22.144)	(20.442)	(10.177)	-	(513.965)
<b>Perda por redução do valor recuperável</b>								
Perda de ativos por substituição da matéria-prima								
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(876)	(6.521)	-	-	-	-	(7.397)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(876)	(6.521)	-	-	-	-	(7.397)
<b>Perda por redução do valor recuperável</b>								
Perda por redução ao valor recuperável – teste de "impairment"								
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(3.551)	(13.309)	(93.029)	(549)	(3.627)	(7.953)	(32)	(122.050)
Adições	(1.177)	(3.237)	(18.151)	(354)	(74)	-	(28)	(23.021)
Transferências	35	(35)	-	-	-	-	-	-
Reversão	-	1.371	9.598	87	755	1.590	-	13.401
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(4.693)	(15.210)	(101.582)	(816)	(2.946)	(6.363)	(60)	(131.670)
<b>Valor residual</b>								
Em 31 de dezembro de 2017	2.343	13.161	129.716	421	2.097	7.288	591	155.617
Em 31 de dezembro de 2018	1.201	9.697	105.478	486	1.264	7.736	1.092	126.954

(\*) Refere-se a transferência do montante de Pis e Cofins alocados aos itens do ativo imobilizado para a rubrica "impostos a recuperar", conforme lei nº 12.546/2011. A totalidade dos créditos transferidos foi compensado dentro do próprio exercício.

Os bens do ativo imobilizado dados em garantia, estão divulgados conforme nota explicativa nº 30.

Perdas por redução ao valor recuperável do imobilizado e intangívelPerda de ativos por substituição da matéria-prima

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não houve constituição de perda, para substituição de matéria-prima, de itens do ativo imobilizado que eram exclusivamente relacionados a fabricação de produtos com amianto (em 2017 R\$5.519 na controladora e R\$7.397 no consolidado).

Perda por redução ao valor recuperável – teste de impairment

Anualmente, o Grupo faz revisão do valor recuperável de suas Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”). A última revisão realizada em 2018, preparada por empresa especializada independente, efetuada com base no cálculo do valor em uso, resultou o reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável na controlada Tégula no montante de R\$6.271 e 17.118 na controladora Eternit.

Sobre a perda por redução ao valor recuperável reconhecida no exercício de 2017 o efeito da reversão referente depreciação e amortização foi de R\$9.085 na controladora e R\$14.216 no consolidado, registrados na rubrica “custos dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados”, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Durante os exercícios de 2018 e 2017 o Grupo revisou o valor recuperável de seus ativos. A metodologia utilizada para o teste de recuperabilidade dos ativos do Grupo, foi a de fluxo de caixa descontado para cada Unidade Geradora de Caixa (UGC). Foram submetidas às UGC’s de Fibrocimento, Telhas de Concreto e Mineração.

As UGCs são agrupadas da mesma forma que a divisão por segmento.

A perda por redução ao valor recuperável foi incluída na rubrica “Perda estimada por não recuperabilidade de ativos, provisão para reestruturação e desmobilização”, na demonstração do resultado conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Perda estimada por não recuperabilidade de ativos - “Impairment”	(17.118)	(96.813)	(23.390)	(127.150)
Perda estimada por não recuperabilidade de ativos – Ágio (i)	-	(16.558)	-	(16.558)
Total	<u>(17.118)</u>	<u>(113.371)</u>	<u>(23.390)</u>	<u>(143.708)</u>

(i) Vide nota explicativa nº 12

#### 11.1. UCG de Telhas de Fibrocimento:

Para o teste de *impairment* 2018, o Grupo utilizou o orçamento 2019 aprovado pelo Conselho de Administração. As projeções de longo prazo conforme expectativa de vida útil remanescente dos ativos abrangem o período entre 2020 e 2044, foram consideradas como principais premissas a variação do PIB, inflação de longo prazo e a taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social considerando a compensação dos prejuízos fiscais e base negativa quando aplicável.

A taxa de desconto utilizada baseada no custo médio ponderado de capital do Grupo (WACC) foi de 14,7% (12,7% em 2017).

O valor operacional do negócio de Telhas de Fibrocimento foi inferior ao valor contábil dos ativos em 31 de dezembro de 2018. O Grupo registrou uma provisão para perda por recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis nesse segmento correspondente a R\$17.118 (em 2017 R\$96.813).

Com a descontinuidade de uso do mineral crisotila, conforme Fato Relevante divulgado

em 10 de janeiro de 2019, a fábrica de fibra de polipropileno baseada em Manaus, passou ter função determinante para o segmento de fibrocimento, com a produção e fornecimento de fibra sintética utilizada na fabricação de telhas de fibrocimento. Adicionalmente, como parte do processo de reestruturação dos negócios, a Administração do Grupo passou a considerar a planta de Manaus no conjunto do fibrocimento por sua relação de interdependência, alinhado ao seu modelo de gestão de negócio.

#### 11.2. Telhas de Concreto:

Para o teste de *impairment* 2018, o Grupo utilizou o orçamento 2019 aprovado pelo Conselho de Administração. As projeções de longo prazo conforme expectativa de vida útil remanescente dos ativos no período de 2020 a 2029 consideram como principais premissas a variação do PIB e inflação de longo prazo e a taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social considerando a compensação dos prejuízos fiscais e base negativa quando aplicável.

A taxa de desconto utilizada baseada no custo médio ponderado de capital do Grupo (WACC) foi de 14,2% (12,7% em 2017).

O valor operacional do negócio de Telhas de Concreto foi inferior ao valor contábil dos ativos em 31 de dezembro de 2018. O Grupo registrou uma provisão para perda por recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangível nesse segmento correspondente a R\$6.271 (em 2017 R\$8.141).

#### 11.3. Mineração:

A reserva mineral conhecida e prospectada tem vida útil para mais de 35 anos com base no volume de vendas, que durante o ano de 2018 foi substancialmente destinado ao mercado externo.

Em fevereiro de 2019, foi publicado o acórdão referente à decisão do STF proferida em novembro de 2017 nos autos da ADI 3406, proibindo a extração e comercialização do amianto no Brasil. O Grupo suspendeu as operações da mina, concedendo férias coletivas aos colaboradores até o dia 06 de março de 2019, seguida de suspensão temporária do contrato de trabalho, após protocolo dos embargos de declaração opostos pela entidade representativa do setor, que requer efeito suspensivo da decisão até julgamento do mérito que apreciará o pedido de modulação, permitindo desta forma a extração de minério para atendimento do mercado externo. No ano de 2017, o Grupo já havia reduzido a expectativa de exploração da mina para um período de 5 anos, tendo constituído provisão para desmobilização da mina de crisotila, cujo saldo é de R\$21.040 em 31 de dezembro de 2018 (R\$19.572 em 31 de dezembro de 2017).

Para o teste de *impairment* 2018 o grupo utilizou o orçamento 2019 aprovado pelo Conselho de Administração. As projeções de longo prazo de 2020 a 2022 foram elaboradas com a mesma base na expectativa de continuidade das operações da mina durante o período mínimo para o seu fechamento.

A taxa de desconto utilizada baseada no custo médio ponderado de capital do Grupo (WACC) foi de 14,2% (14,3% em 2017).

O valor operacional do negócio de Mineração foi superior ao valor contábil dos ativos em 31 de dezembro de 2018. No ano anterior, o Grupo registrou uma provisão para perda por recuperabilidade dos ativos nesse segmento correspondente a R\$22.196.

O Grupo esclarece que se não houver um prazo mínimo na modulação, conforme requerido nos embargos de declaração, o Grupo Eternit perderá o faturamento da controlada SAMA, que atualmente corresponde a aproximadamente 26% das receitas do Grupo, conforme reportado no ano de 2018, além de impactos no caixa em função

do cumprimento antecipado do plano de fechamento de mina (que envolve questões ambientais) e consequentemente a baixa dos seus ativos. A Administração continua seus esforços no sentido de obter o direito de reestabelecer a operação da mina no mínimo até 2022.

## 12. INTANGÍVEL

	Controladora		
	Software	Software em andamento	Total
<u>Custo</u>			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	15.199	408	15.607
Adições	-	619	619
Baixas	(2)	-	(2)
Transferências	823	(823)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	16.020	204	16.224
Adições	-	151	151
Saldo em 31 de dezembro de 2018	16.020	355	16.375
<u>Vida útil (em anos)</u>	5		
<u>Amortização</u>			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(9.538)	-	(9.538)
Adições	(1.706)	-	(1.706)
Baixas	2	-	2
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(11.242)	-	(11.242)
Adições	(1.732)	-	(1.732)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(12.974)	-	(12.974)
<u>Perda por redução do valor recuperável</u>			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(3.381)	-	(3.381)
Adições	(278)	-	(278)
Reversão	649	-	649
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(3.010)	-	(3.010)
<u>Valor residual</u>			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.397	204	1.601
Saldo em 31 de dezembro de 2018	36	355	391

  

	Consolidado				
	Software	Ágio	Marcas e patentes	Software em andamento	Total
<u>Custo</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2016	25.046	16.559	950	408	42.963
Adições	-	-	-	1.061	1.061
Baixas	(2)	-	-	-	(2)
Transferências	1.261	(1)	6	(1.266)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	26.305	16.558	956	203	44.022
Adições	-	-	-	172	172
Transferências	22	-	-	(22)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	26.327	16.558	956	353	44.194
<u>Vida útil (em anos)</u>	5				
<u>Amortização</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(16.947)	-	-	-	(16.947)
Adições	(2.667)	-	-	-	(2.667)
Baixas	2	-	-	-	2
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(19.612)	-	-	-	(19.612)
Adições	(2.527)	-	-	-	(2.527)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(22.139)	-	-	-	(22.139)
<u>Perda por redução do valor recuperável</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(4.144)	(16.558)	(956)	-	(21.658)
Adições(*)	(369)	-	-	-	(369)
Reversões	815	-	-	-	815
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(3.698)	(16.558)	(956)	-	(21.212)
<u>Valor residual</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.549	-	-	203	2.752
Saldo em 31 de dezembro de 2018	490	-	-	353	843

(\*) Valor parcial das UCG's de Fibrocimento e Telhas de Concretos conforme nota explicativa nº11

## 13. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Mercado interno	9.158	18.319	15.745	26.526
Mercado externo	1.733	558	1.736	558
Mercado interno recuperação judicial	12.839	-	20.003	-
Mercado externo recuperação judicial	-	-	1.008	-
	<u>23.730</u>	<u>18.877</u>	<u>38.492</u>	<u>27.084</u>

## 14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

## a) Composição dos empréstimos e financiamentos.

		Controladora					
		31/12/2018			31/12/2017		
		Encargos financeiros	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante
Moeda nacional							
Fiança honrada (i)	3% a.a.	30.222	-	30.222	-	-	-
Conta Garantida (ii)	17,88% a.a.	16.249	-	16.249	-	-	-
Desconto de duplicata	13,92% a.a.	10.111	-	10.111	-	-	-
Total moeda nacional		56.582	-	56.582	-	-	-
Moeda estrangeira (USD)							
Para aquisição de máquinas e equipamentos	3,42% a.a. e 3,46% a.a.	587	-	587	1.339	-	1.339
Para aquisição de matéria-prima	3,15% e 3,64% a.a.+V.C.	1.834	-	1.834	1.046	-	1.046
Total moeda estrangeira		2.421	-	2.421	2.385	-	2.385
		59.003	-	59.003	2.385	-	2.385
		Consolidado					
		31/12/2018			31/12/2017		
		Encargos financeiros	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante
Moeda nacional							
Para aquisição de máquinas, equipamentos e serviços	De 7,06% e 8,24% a.a.	4.218	32.101	36.319	2.868	33.790	36.658
Para capital de giro NCE (Nota de crédito exportação)	De 123,40% a 125,00% do CDI	-	-	-	10.614	-	10.614
Fiança honrada (i)	3% a.a.	30.222	-	30.222	-	-	-
Conta Garantida (ii)	17,88% a.a.	16.249	-	16.249	-	-	-
Desconto de duplicata	13,92% a.a.	10.111	-	10.111	-	-	-
Total moeda nacional		60.800	32.101	92.901	13.482	33.790	47.272
Moeda estrangeira (USD)							
Para aquisição de máquinas e equipamentos	3,42% a.a. e 3,46% a.a.+ V.C.	11.092	-	11.092	10.593	4.780	15.373
Para aquisição de matéria-prima	3,15% e 3,64% a.a.+ V.C.	1.834	-	1.834	1.046	-	1.046
Para capital de giro ACE (Adiantamento de contrato de exportação)	6,5 % a 8,00% a.a.+ V.C.	25.098	-	25.098	33.767	-	33.767
Total moeda estrangeira		38.024	-	38.024	45.406	4.780	50.186
		98.824	32.101	130.925	58.888	38.570	97.458

- (i) Fiança bancária junto ao Banco Bradesco S.A. referente dívida executada, pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A., contra controlada em conjunto Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A., da qual a controladora era fiadora.
- (ii) Conta garantida vinculada Cessão Fiduciária de Duplicatas celebrada junto ao Banco

Sofisa S.A. conforme divulgado em nota explicativa nº 30.

Do total de dívida bruta apresentada, R\$59.003 na controladora e R\$130.925 no consolidado em 31 de dezembro de 2018, R\$32.643 e R\$79.467 referem-se a empréstimos e financiamentos enquadrados no plano de recuperação judicial, respectivamente.

Os saldos estão apresentados conforme posição existente na data da apresentação do Pedido de Recuperação Judicial, portanto não sofreram atualização monetária desde então.

b) Cronograma dos vencimentos.

O vencimento dos financiamentos do Grupo em 31 de dezembro de 2018 classificados no passivo não circulante é demonstrado conforme segue:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
2020	4.055	8.835
2021	4.055	4.055
2022	4.055	4.055
2023	4.055	4.055
2024 até 2027	15.881	17.570
	<u>32.101</u>	<u>38.570</u>

O Grupo não possui contratos de empréstimos sujeitos a cláusulas restritivas financeiras ("covenants").

## 15. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Férias	5.976	6.872	9.393	10.179
Participação nos lucros e resultados	1.929	177	3.837	803
Bônus	1.911	1.107	5.555	3.218
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	433	288	524	397
Instituto nacional do seguro social – INSS (*)	9.926	1.594	14.579	2.375
Outros	8	-	94	252
	<u>20.183</u>	<u>10.038</u>	<u>33.982</u>	<u>17.224</u>
Circulante	11.537	9.588	19.872	15.916
Não circulante	8.646	450	14.110	1.308
	<u>20.183</u>	<u>10.038</u>	<u>33.982</u>	<u>17.224</u>
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Despesa com participação nos lucros e resultados	2.660	-	3.996	-
	<u>2.660</u>	<u>-</u>	<u>3.996</u>	<u>-</u>

(\*) Em 31 de dezembro de 2018 o saldo a pagar referente débitos junto ao INSS foram parcelados, em até 84 parcelas, pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e em conformidade com a Lei 11.101/2005 totalizam na controladora R\$ 8.412, sendo R\$820 no passivo circulante e R\$7.592 no passivo não circulante e no consolidado R\$ 12.312, sendo R\$ 1.267 no passivo circulante e R\$11.045 no passivo não circulante com liquidação prevista para 2025.

## 16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	-	2.677	24
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	-	780	12
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS (*)	5.990	6.412	8.453	9.127
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	1.520	1.582	1.756	1.775
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	766	955	1.176	1.487
Programa de integração social - PIS	167	207	248	316
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	936	695	1.207	1.115
Contribuição financeira de compensação de recursos minerais – CFEM	-	-	873	983
Parcelamento de tributos (**)	23.099	-	38.240	-
Outros	196	171	358	350
	<u>32.674</u>	<u>10.022</u>	<u>55.768</u>	<u>15.189</u>
Circulante	13.318	8.258	23.227	12.036
Não circulante	19.356	1.764	32.541	3.153

(\*) Contempla Subvenção Governamental de ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais Produzir e Desenvolve na controladora, Fomentar na controlada Precon e Produzir na controlada Tégula.

(\*\*) Em 31 de dezembro de 2018 o saldo a pagar referente débitos parcelados, em até 84 parcelas, para Receita Federal do Brasil e Secretaria de Estado da Fazenda, em conformidade com a Lei 11.101/2005 e disposições legais das unidades federativas, totalizam na controladora R\$4.700 no passivo circulante e R\$18.399 no passivo não circulante e no consolidado R\$7.970 no passivo circulante e R\$30.270 no passivo não circulante com liquidação prevista até 2025.

## 17. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS EMPREGO

## a) Benefícios futuros de saúde

O Grupo, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados da controladora Eternit e da controlada Sama. As premissas e os cálculos foram revisados e durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 houve mudança na modalidade contratual no plano médico da controlada Sama, que passou de um modelo de plano pós-pagamento para um modelo pré-pagamento, representando um ajuste no resultado do exercício consolidado de R\$5.299 em decorrência das alterações no plano registrado na rubrica "outras despesas operacionais, líquidas". O impacto referente a remensuração do plano reconhecido na demonstração de outros resultados abrangentes corresponde a R\$528 na controladora e R\$8.991 no consolidado.

(i) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Taxa anual de juro atuarial real	4,71%	5,08%
Taxa anual real de evolução dos custos médicos	3,80%	3,80%
Taxa anual de inflação projetada	4,00%	4,40%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000



## (ii) Passivo de plano de benefício pós-emprego

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Circulante	3.269	2.926	6.515	4.870
Não circulante	39.387	38.883	76.790	63.960
	<u>42.656</u>	<u>41.809</u>	<u>83.305</u>	<u>68.830</u>

## b) Mudanças nas obrigações de benefícios e seus valores presentes definidos do plano em 2018:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Passivo atuarial líquido no início do exercício	41.809	40.312	68.830	55.219
Custo dos juros e serviços do exercício (*)	3.245	4.309	10.354	5.819
Benefícios pagos	(2.926)	(3.184)	(4.870)	(5.115)
Ajustes de experiência (**)	528	372	8.991	12.907
Passivo atuarial líquido no final do exercício	<u>42.656</u>	<u>41.809</u>	<u>83.305</u>	<u>68.830</u>

(\*) Registrado na rubrica "outras despesas operacionais, líquidas". Complementado, no consolidado, ajuste no valor de R\$5.299 decorrente da mudança do modelo de plano pós-pagamento para um modelo pré-pagamento na controlada Sama.

(\*\*) Valor reconhecido em outros resultados abrangentes.

## c) Análise de sensibilidade:

Controladora	Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas			Sensibilidade do crescimento de custos médios sobre as obrigações calculadas		
	Real	Aumento (0,5%)	Redução (0,5%)	Real	Aumento (1%)	Redução (1%)
Impacto na obrigação com benefício líquida	42.656	(1.770)	1.906	42.656	3.781	(3.323)
Variação		<u>(4,15%)</u>	<u>4,47%</u>		<u>8,86%</u>	<u>(7,79%)</u>

  

Consolidado	Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas			Sensibilidade do crescimento de custos médios sobre as obrigações calculadas		
	Real	Aumento (0,5%)	Redução (0,5%)	Real	Aumento (1%)	Redução (1%)
Impacto na obrigação com benefício líquida	83.305	(1.672)	1.802	83.305	3.578	(3.137)
Variação		<u>(2,01%)</u>	<u>2,16%</u>		<u>4,30%</u>	<u>(3,77%)</u>

## d) Os pagamentos a seguir apresentados representam as contribuições esperadas para os exercícios futuros a partir da obrigação do plano de benefício definido:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Dentro dos próximos 12 meses	3.269	2.926	6.515	4.870
Entre 2 e 5 anos	14.594	23.195	28.882	39.315
Após 5 anos	24.793	15.688	47.908	24.645
	<u>42.656</u>	<u>41.809</u>	<u>83.305</u>	<u>68.830</u>

## e) Plano de suplementação de aposentadoria:

O Grupo mantém contratado um plano de previdência complementar aberto com uma entidade de previdência privada devidamente autorizada. A contribuição é destinada a todos os colaboradores e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL, na modalidade de contribuição definida. Não existe necessidade de complemento à provisão registrada em 31 de dezembro de 2018.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Grupo e seus participantes efetuaram contribuições, para custeio dos planos de benefícios, nos montantes a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Contribuições efetuadas no exercício	1.212	911	2.164	2.411

## 18. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamentos de clientes	4.382	2.930	5.850	3.516
Comissões no mercado interno	3.655	4.350	4.521	5.366
Comissões no mercado externo	-	-	-	1.018
Provisão para destinação resíduos (*)	7.619	9.017	7.619	9.017
Provisão para garantia	747	884	930	1.169
Fretes a pagar	-	-	4.399	2.845
Colcerâmica - Companhia Colombiana de Cerâmica S.A.S (**)	13.719	-	13.719	-
Outras contas a pagar (***)	3.858	1.251	11.471	4.673
	<u>33.980</u>	<u>18.432</u>	<u>48.509</u>	<u>27.604</u>

(\*) Provisão para a destinação de resíduos de telhas contendo o amianto crisotila em sua composição originados do processo de quebra ou devoluções.

(\*\*) Em decorrência do evento da recuperação judicial, os valores devidos pela controlada em conjunto CSC foram antecipados e executados por instituições financeiras. Tais valores devidos pela CSC eram garantidos pela Colcerâmica e Eternit. Adicionalmente, as instituições financeiras executaram a garantia em montante excedente ao montante devido pela Colcerâmica e como resultado a Eternit celebrou em 27 de abril de 2018, instrumento de dívida com a Colcerâmica no montante de R\$13.719 a ser pago em 12 parcelas, sendo R\$ 12.636 de principal mais juros de 1% ao mês. A operação citada faz parte do processo de aquisição de 40% de participação na controlada em conjunto CSC, em fase de aprovação.

(\*\*\*)Refere-se substancialmente a provisão para serviços prestados.

## 19. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O Grupo possui diversos processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais.

A Administração do Grupo acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente e representa, a melhor estimativa provável de desembolso futuro do Grupo, com base nas informações disponíveis até a data de publicação destas demonstrações financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Processos trabalhistas (i)	48.645	41.714	62.477	57.289
Processos cíveis (i)	4.200	3.284	11.317	9.669
Processos tributários (ii)	14.373	10.097	40.559	36.388
	<u>67.218</u>	<u>55.095</u>	<u>114.353</u>	<u>103.346</u>

As movimentações na provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão apresentadas a seguir:

	Controladora			
	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	39.280	-	7.695	46.975
Adições	12.822	3.215	2.458	18.495
Reversões	(5.292)	(2)	(1.069)	(6.363)
Baixas	(5.025)	-	-	(5.025)
Incorporação	-	-	1.013	1.013
Transferências	(71)	71	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>41.714</u>	<u>3.284</u>	<u>10.097</u>	<u>55.095</u>
Adições	12.197	302	9.244	21.743
Reversões	(2.742)	(212)	(4.974)	(7.928)
Baixas	(1.703)	5	6	(1.692)
Transferências	(821)	821	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>48.645</u>	<u>4.200</u>	<u>14.373</u>	<u>67.218</u>

	Consolidado			
	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	51.282	5.578	33.143	90.003
Adições	21.441	4.062	11.030	36.533
Reversões	(8.002)	(715)	(8.012)	(16.729)
Baixas	(6.461)	-	-	(6.461)
Transferências	(971)	744	227	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>57.289</u>	<u>9.669</u>	<u>36.388</u>	<u>103.346</u>
Adições	14.651	1.206	13.752	29.609
Reversões	(6.715)	(384)	(9.438)	(16.537)
Baixas	(1.927)	5	(143)	(2.065)
Transferências	(821)	821	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>62.477</u>	<u>11.317</u>	<u>40.559</u>	<u>114.353</u>

i) Na área trabalhista e cível as principais provisões englobam

- a) Indenizações que incluem dano moral e material e reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores que tem por objeto pedidos de (i) hora extra; (ii) adicional noturno; (iii) adicional de insalubridade e periculosidade; (iv) verbas rescisórias; entre outras.
- b) Ação Civil Pública ajuizada em 2013 perante a Vara do Trabalho de São Paulo pelo Ministério Público do Trabalho contra o Grupo. Nesta ação são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional da antiga unidade industrial localizada na cidade de Osasco, Estado de São Paulo cujas atividades foram encerradas no início dos anos 1990. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, outra Ação Civil Pública ajuizada pela ABREA, também Vara do Trabalho, razão pela qual houve, por determinação judicial, a união das duas ações. Os pedidos visam o pagamento de indenização por dano moral coletivo, danos individuais, entre outros. Ambas ações, em 01 de março de 2016, foram julgadas em primeira instância parcialmente procedentes. O Grupo apresentou recurso contra a decisão de 1ª instância, tendo o Tribunal Regional do Trabalho reformado em parte a decisão de 1ª instância. Os termos mais significativos são: Exclusão das seguintes condenações, indenização por danos morais coletivos no valor de R\$100 milhões; indenização por danos morais no valor de R\$50 em favor de cada ex-colaborador não diagnosticado com doenças relacionadas ao amianto; toda e qualquer discussão acerca de familiares de ex-colaboradores. Foram reduzidas as seguintes condenações: Danos morais e danos existenciais fixados em favor de cada ex-colaborador já diagnosticado com doenças relacionadas ao amianto para R\$100 mil e R\$50 mil, respectivamente; danos morais fixados em favor do Espólio de cada ex-colaborador falecido após o ajuizamento das ações para R\$100 mil. Foi mantida a seguinte condenação: assistência médica integral para os ex-colaboradores diagnosticados com doenças relacionadas ao amianto. Contra esta decisão foi apresentado Recurso ao TST, tendo sido denegado. A Eternit interpôs agravo de instrumento que se encontra pendente de julgamento. Parte da decisão em primeira instância foi considerada como perda provável pelos assessores jurídicos do Grupo e como resultado a administração do Grupo reconheceu provisão para riscos, em exercícios anteriores, no montante de R\$21.110. Contra esta decisão caberá recurso pelas partes.
- c) Em 2014, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho Ação Civil Pública contra o Grupo perante a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. Nesta ação são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de danos morais coletivo no valor de R\$1 bilhão. Parte da decisão em primeira instância foi considerada como perda provável pelos assessores jurídicos do Grupo e constituída provisão no montante de R\$ 800. O grupo apresentou recurso contra a decisão de 1ª instância, tendo o Tribunal Regional Federal condenado o Grupo no valor de R\$50 milhões a título de dano moral coletivo entre outros. O Grupo apresentou recurso contra a decisão perante o TST, tendo sido inadmitido o recurso. A Eternit interpôs agravo de instrumento que se encontra pendente de julgamento. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, pela ABREA outra Ação Civil Pública na mesma Vara do Trabalho, tendo sido julgada parcialmente procedente. Parte desta decisão foi considerada como Provável no que diz respeito a obrigação de custear assistência médica a quem demonstrar portar doença relacionada ao amianto e possível o risco da condenação a obrigação de custear assistência médica a todos os ex empregados independentemente de prova de doença relativa ao amianto.
- d) Ação Civil Pública consumerista no montante de R\$2.954, na qual a Administração do Grupo reconheceu provisão pelo mesmo montante em exercícios anteriores, ajuizada pelo Ministério Público Estadual do Estado do Rio de Janeiro, visando a proibição da comercialização e fabricação dos produtos que contenham amianto em

sua composição no estado do Rio de Janeiro.

ii) Na área tributária as principais provisões englobam:

- a) Cobrança de débito fiscal por supostas diferenças nos valores recolhidos ou creditados a título de ICMS;
- b) Diferença de alíquotas recolhidas para o INSS; e
- c) Diferença de valores reconhecidos relacionados à CFEM – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais.

iii) Ações cuja probabilidade de perda é possível:

Em 31 de dezembro de 2018, existiam reclamações trabalhistas, processos cíveis, processos tributários, e administrativos contra o Grupo, para os quais os consultores jurídicos classificaram com probabilidade de perda possível e que podem ser mensurados confiavelmente, o montante consolidado de R\$76.538 (R\$52.072 em 31 de dezembro de 2017), portanto, não foi registrada nenhuma provisão, para essas reclamações e processos.

Adicionalmente, tramitavam contra o Grupo as seguintes ações, cuja probabilidade de perda foi considerada pelos consultores jurídicos como possível e onde alguns valores não são mensuráveis até a presente data das demonstrações financeiras:

- a) Ações civis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, bem como ação popular com o mesmo objeto das ações civis públicas, cujo valor do pedido das ações montam em R\$50.000. A Ação civil pública referente à saúde foi julgada parcialmente procedente com a condenação em R\$500 milhões a título de danos morais coletivos entre outros. O Grupo apresentou recurso contra a decisão de 1ª instância, que se encontra pendente de julgamento. A ação de natureza ambiental foi julgada parcialmente procedente com a condenação em R\$31.423, a título de dano moral coletivo entre outros, tendo sido apresentado recurso perante o Tribunal Regional federal que se encontra pendente de julgamento.
- b) Ação Civil Pública e uma ação popular, ambas relacionadas à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial da controlada SAMA.
- c) Partes da decisão julgada em segunda instância do processo mencionado no item i "b", desta nota foram consideradas como perda possível pelos assessores jurídicos do Grupo.
- d) Em 2017, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho Ação Civil Pública contra o Grupo perante a Vara do Trabalho do Estado do Paraná. Nesta ação são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de danos morais coletivos no valor de R\$85 milhões. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, pela APREAA outra Ação Civil Pública na mesma Vara do Trabalho. Ambas as ações foram julgadas parcialmente procedentes, para impor a Eternit que deixe de utilizar o amianto em sua atividade empresarial. Cabe ressaltar que o Grupo descontinuou o uso do amianto crisotila como matéria prima na produção da fábrica do Paraná desde novembro de 2017. Conforme Fato Relevante divulgado em 28 de novembro de 2018, foram julgados improcedentes as indenizações a títulos de dano moral coletivo no valor de R\$85 milhões.
- e) Em 2017, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho Ação Civil Pública contra o Grupo perante a Vara do Trabalho da Bahia. Nesta ação são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de danos morais coletivo no valor de R\$225 milhões. A ação

encontra-se em fase de instrução. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, pela ABEA outra Ação Civil Pública na mesma Vara do Trabalho, que se encontra em fase inicial.

Os depósitos judiciais para garantias de execução e depósitos recursais vinculados às provisões para riscos, estão classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

## 20. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DA MINA

A controlada Sama registra provisão para potenciais desembolsos para o fechamento da mina de Cana Brava com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação, para tal emprega equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, inclusive com o auxílio de especialistas externos, quando necessário, e segue o Plano Ambiental de Fechamento da Mina – PAFEM, conforme Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, avaliando os gastos com base em cotações de mercado.

A controlada Sama registra a atualização da recuperação ambiental, de acordo com o seu valor justo, conforme os critérios a seguir:

	<u>2018 e 2017</u>	
Taxa de desconto	7,5% a.a.	
Taxa de inflação de longo prazo	<u>4,0% a.a.</u>	
	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Valor presente dos desembolsos esperados		
2023	15.905	14.795
2024	2.652	2.468
2025	1.528	1.421
2026 a 2034	955	888
	<u>21.040</u>	<u>19.572</u>

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1.2 o Grupo protocolou os embargos de declaração solicitando apreciação por parte do Supremo Tribunal Federal quanto à concessão de um período de modulação para o fechamento da mina.

Dependendo do julgamento, os valores e o fluxo de caixa dos desembolsos esperados poderão sofrer alteração.

A recuperação ambiental da mina ocorrerá entre 2023 e 2034 conforme alterações de prazo já detalhadas no contexto operacional.

O valor total de despesas reconhecidas com recuperação ambiental da mina no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$1.468 (R\$1.388 em 31 de dezembro de 2017), calculado com base na produção atual de mineral crisotila.

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social do Grupo, totalmente subscrito e integralizado era de R\$334.251 e estava representado por 29.833.333 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral (179.000.000 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2017), distribuído como segue:

Composição acionária	31/12/2018		31/12/2017	
	Acionistas	Ações	Acionistas	Ações
Pessoas físicas	8.768	22.351.968	9.673	148.570.748
Pessoas jurídicas	73	581.561	88	2.622.380
Pessoas residentes no exterior	8	257.716	38	5.708.626
Clubes, fundos e fundações	35	6.632.300	45	22.039.514
	8.884	29.823.545	9.844	178.941.268
Ações em tesouraria	1	9.788	1	58.732
	8.885	29.833.333	9.845	179.000.000

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$1.000.000 (um bilhão de reais), independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão de ações e as demais condições das respectivas subscrições e integralizações.

A Companhia realizou no dia 27/09/2018 Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o grupamento da totalidade das 179.000.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, na proporção de 6 ações ordinárias para 1 ação ordinária, sem modificação do valor do capital social, nos termos do art. 12, da Lei nº 6.404/76.

### b) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2018, o valor de mercado das 9.788 mil ações em tesouraria era de R\$27 (R\$54 em dezembro de 2017), contabilizadas ao valor histórico de R\$174.

### c) Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo do exercício aos montantes usados para calcular o prejuízo básico e diluído por ação:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Efeito da diluição		
Prejuízo do exercício atribuível aos controladores	(149.368)	(276.388)
Média ponderada da quantidade das ações ordinárias em circulação, deduzidas as médias das ações ordinárias em tesouraria	29.824	29.824
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	(5,0084)	(9,2675)

Não existe nenhum efeito dilutivo que deva ser considerado no cálculo anterior.

### d) Dividendos

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio em aberto a pagar em 31 de dezembro de 2018, representam:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Dividendos e juros sobre o capital próprio de exercícios anteriores	23	189
	23	189

## 22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação do benefício (despesas) de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(147.170)	(261.740)	(133.322)	(244.947)
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social, à alíquotas nominais	50.038	88.992	45.329	83.282
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	(7.029)	(26.743)	(5.314)	(9.734)
Juros sobre o capital próprio	-	(1.779)	-	-
Incentivo fiscal	-	-	752	1.012
Honorários diretoria	(275)	-	(535)	-
Provisão para bônus diretoria	(490)	(376)	(1.423)	(1.094)
Perda por redução ao valor recuperável	(2.731)	(40.423)	(3.119)	(51.376)
Efeito das diferenças temporárias não reconhecidas como imposto de renda e contribuição social diferidos	(16.071)	(8.860)	(22.555)	(22.799)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sem constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	(28.505)	(25.260)	(31.851)	(33.190)
Outras (adições) exclusões líquidas	2.865	(199)	2.671	2.456
Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício	<u>(2.198)</u>	<u>(14.648)</u>	<u>(16.045)</u>	<u>(31.443)</u>

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos refere-se ao imposto de renda e à contribuição social sobre diferenças temporárias na apuração de resultado tributável, prejuízos fiscais e base negativa, conforme segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2017	42.315	72.655
Constituição das diferenças temporárias	-	1.279
Reversão diferenças temporárias	(5.080)	(13.272)
Reversão sobre prejuízo fiscal	(9.569)	(13.754)
Lucro nos estoques	-	(1.383)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>27.666</u>	<u>45.525</u>
Reversão diferenças temporárias	(2.198)	(4.988)
Lucro nos estoques	-	(442)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>25.468</u>	<u>40.095</u>



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social	63.191	34.686	95.337	63.719
Benefícios pós emprego	14.503	14.089	25.003	23.276
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14.051	8.847	27.459	24.640
Lucros não realizados nos estoques	-	-	407	849
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	1.938	1.235	3.331	2.087
Provisão para participação nos lucros e resultados	656	60	1.123	119
Mercadorias não embarcadas	-	-	3.744	2.285
Perda por redução ao valor recuperável (*)	37.524	34.793	48.865	45.746
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques	3.573	1.629	6.546	3.765
Provisão Perda Remonte Mina	-	-	3.451	2.952
Outras provisões	3.521	1.240	(381)	(3.297)
Efeito das diferenças temporárias não reconhecidas como impostos de renda e contribuição social diferidos	(59.724)	(43.653)	(91.100)	(68.545)
Efeito do prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos como impostos diferidos	(53.765)	(25.260)	(83.690)	(52.071)
	<u>25.468</u>	<u>27.666</u>	<u>40.095</u>	<u>45.525</u>

(\*) Vide nota explicativa nº 11

c) Expectativa de realização dos créditos tributários

i. Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo no ativo não circulante de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa encontra-se demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2018</u>
2019	-	53
2020	689	885
2021	998	1.229
2022	1.380	1.643
2023 a 2028	6.359	7.838
	<u>9.426</u>	<u>11.648</u>

O ativo fiscal diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de lucros tributáveis, realizados pela Companhia e por sua controlada Tégula até os próximos dez anos, considerando, também, que a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro anual, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira vigente, e é imprescritível e compensável com lucros tributáveis futuros.

No exercício findo em 31 de dezembro 2018, do montante de R\$265.014 do saldo consolidado de prejuízo fiscal (R\$172.019 em 2017) e R\$323.151 da base negativa de contribuição social (R\$230.155 em 2017), o Grupo não constituiu impostos diferidos para a parcela de R\$230.757 de prejuízo fiscal (R\$137.761 em 2017) e R\$288.893 para base negativa (R\$195.897 em 2017). Ambos em virtude de não haver projeções de resultados tributáveis futuros que confirmassem sua realização.

ii. Diferenças temporárias

Estima-se que o saldo referente ao imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes das diferenças temporárias, será realizado conforme segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2018</u>
2019	223	951
2020	908	5.949
2021	1.008	2.442
2022	1.503	1.164
2023 a 2028	<u>12.400</u>	<u>17.941</u>
	<u>16.042</u>	<u>28.447</u>

Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social decorre não só do lucro tributável, mas também da existência de receitas não tributáveis, das despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação relevante entre o lucro líquido do Grupo e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

## 23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita bruta de venda de produtos e mercadorias	414.467	545.247	666.191	834.896
Receita bruta de prestação de serviços	753	1.496	753	1.496
Receita bruta de locação de imóveis	-	-	1.571	1.293
Descontos e abatimentos incondicionais	(1.312)	(1.202)	(1.539)	(1.683)
Impostos incidentes sobre as vendas (*)	<u>(102.460)</u>	<u>(134.667)</u>	<u>(130.071)</u>	<u>(170.263)</u>
	<u>311.448</u>	<u>410.874</u>	<u>536.905</u>	<u>665.739</u>

(\*) Contempla Subvenção Governamental de ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais.

## 24. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Custo dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados	(297.987)	(345.250)	(432.786)	(501.929)
Despesas com vendas	(36.244)	(40.008)	(71.903)	(76.545)
Despesas gerais e administrativas	(42.175)	(29.695)	(72.259)	(62.959)
Remuneração da Administração	(9.123)	(8.568)	(11.869)	(13.789)
	<u>(385.529)</u>	<u>(423.521)</u>	<u>(588.817)</u>	<u>(655.222)</u>
Matéria-prima consumida	(172.917)	(216.854)	(267.599)	(320.790)
Quebra de produto oriunda de novas tecnologias (i)	(521)	(7.145)	(521)	(7.547)
Despesas com pessoal e encargos	(89.538)	(97.957)	(118.089)	(128.946)
Materiais, energia elétrica e serviços	(42.449)	(36.052)	(53.639)	(43.356)
Serviços de terceiros	(19.579)	(17.441)	(42.972)	(44.552)
Depreciação e amortização (ii)	(3.321)	(14.512)	(13.625)	(35.607)
Comissões sobre vendas	(8.400)	(10.217)	(12.557)	(15.759)
Despesas de vendas variáveis (iii)	-	-	(10.773)	(14.111)
Aluguel de bens móveis	(6.604)	(6.321)	(8.778)	(8.958)
Gastos de paradas	-	(2.950)	(3.993)	(8.948)
Despesas com viagens	(3.072)	(2.303)	(4.077)	(3.662)
Despesas com material e serviços de informática	(3.018)	(2.974)	(4.179)	(4.218)
Propaganda e publicidade	(822)	(1.002)	(1.088)	(1.846)
Contribuição para entidades de classe	(312)	(365)	(1.735)	(1.713)
Impostos e taxas	(1.538)	(1.250)	(3.304)	(2.750)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(2.536)	(1.716)	(3.903)	(2.608)
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques	(5.718)	(3.721)	(8.178)	(8.077)
Ineficiência fabril (iv)	(13.257)	-	(13.257)	-
Substituição de produto avariado	(1.475)	-	(1.475)	-
Garantia de qualidade	(4.590)	-	(4.663)	-
Despesas referentes ao processo de recuperação judicial (v)	(5.195)	-	(8.991)	-
Outras	(667)	(741)	(1.421)	(1.774)
	<u>(385.529)</u>	<u>(423.521)</u>	<u>(588.817)</u>	<u>(655.222)</u>

- (i) Quebra no processo produtivo em função de maior participação de fibras sintéticas como matéria-prima.
- (ii) Contempla o valor de depreciação de ineficiência fabril de R\$1.372 na controladora e de parada excepcional R\$3.661 no consolidado (Em 2017 controladora R\$705 e no consolidado R\$3.055).
- (iii) Despesa com *royalties* variáveis sobre o faturamento da controlada Sama pago ao governo do estado de Goiás.
- (iv) Ineficiência fabril em função da migração de amianto para fibra sintética, adequação da capacidade industrial para operar em linha com a demanda de mercado, e ociosidade parcial de plantas devido a greve de caminhoneiros.
- (V) Contempla os valores de consultoria e despesas legais referente ao processo de recuperação judicial.

## 25. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Outras receitas operacionais:				
Venda de bens do imobilizado	803	69	838	674
Aluguéis	-	-	814	675
Crédito extemporâneo de PIS e COFINS	2.903	32	7.129	5.186
Benefício ICMS crédito estímulo (*)	-	-	4.912	5.078
Outras	955	882	1.799	1.786
	<u>4.661</u>	<u>983</u>	<u>15.492</u>	<u>13.399</u>
Outras despesas operacionais:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(10.730)	(9.548)	(5.896)	(12.918)
Provisão para benefício pós-emprego	(3.245)	(4.309)	(10.354)	(5.819)
Recuperação ambiental	-	-	(1.468)	(1.388)
Impostos e taxas	(865)	-	(4.070)	(967)
Garantia de qualidade	-	(1.705)	-	(2.176)
Substituição produto avariado	-	(365)	-	(365)
Gastos com indenizações trabalhistas e cíveis	(1.744)	(7.542)	(2.516)	(10.415)
Custo da baixa de imobilizado e intangível	(87)	(285)	(128)	(1.234)
Provisão para destinação resíduos	-	(9.017)	-	(9.017)
Outras	(3.028)	(2.758)	(4.356)	(8.565)
	<u>(19.699)</u>	<u>(35.529)</u>	<u>(28.788)</u>	<u>(52.864)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>(15.038)</u>	<u>(34.546)</u>	<u>(13.296)</u>	<u>(39.465)</u>
(*) Subvenção Governamental de ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais na controlada Eternit da Amazônia.				

## 26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	(159)	(785)	(1.345)	(7.530)
Juros sobre mútuo	(3.289)	(2.951)	-	-
Juros de empréstimos	(2.610)	(89)	(4.241)	(1.115)
Juros de parcelamentos de tributos	(7.319)	-	(14.641)	-
Despesas bancárias	(2.075)	(1.990)	(2.700)	(2.392)
Descontos concedidos	(1.678)	(3.400)	(1.704)	(3.690)
IOF	(988)	(557)	(1.071)	(715)
PIS e COFINS	-	(861)	(233)	(1.173)
Variações monetárias passivas	(2)	-	(39)	(24)
Variações monetárias passivas das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(3.085)	(2.584)	(7.176)	(6.886)
Outras	(275)	(144)	(430)	(168)
	<u>(21.480)</u>	<u>(13.361)</u>	<u>(33.580)</u>	<u>(23.693)</u>
Receitas financeiras:				
Rendimento aplicações financeiras – incluindo certificado de depósitos bancários	130	309	459	1.109
Descontos obtidos	115	93	280	743
Juros ativos	870	1.103	2.222	3.514
Juros sobre mútuo	722	1.085	565	1.005
Variações monetárias ativas	598	1.241	634	1.378
	<u>2.435</u>	<u>3.831</u>	<u>4.160</u>	<u>7.749</u>
Variações cambiais:				
Variações cambiais ativas	574	1.083	26.413	14.985
Variações cambiais passivas	(580)	(957)	(24.427)	(15.483)
	<u>(6)</u>	<u>126</u>	<u>1.986</u>	<u>(498)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(19.051)</u>	<u>(9.404)</u>	<u>(27.434)</u>	<u>(16.442)</u>

## 27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Administração definiu como segmentos operacionais Fibrocimento, Mineral Crisotila, Telhas de Concreto e outros. As informações apresentadas nas colunas outros referem-se a gastos não diretamente atribuíveis a esses segmentos.

Controladora e Consolidado	
Descrição	Área geográfica
Fibrocimento	Mercado interno
Mineral crisotila	Mercados interno e externo
Telhas de concreto	Mercado interno
Outros	Mercado interno

As principais informações consolidadas por segmento de negócio, correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 estão apresentadas a seguir:

	31/12/2018					
	Fibrocimento	Mineral Crisotila	Telhas de Concreto	Outros (*)	Eliminações	Total Consolidado
Receitas Líquidas						
Mercado Interno	354.585	10.230	24.689	1.801	-	391.305
Mercado Externo	-	145.600	-	-	-	145.600
Receitas de vendas para terceiros	354.585	155.830	24.689	1.801	-	536.905
Receitas entre segmentos	1.669	9.329	-	47.449	(58.447)	-
Vendas Líquidas totais	356.254	165.159	24.689	49.250	(58.447)	536.905
Custo dos produtos vendidos	(327.269)	(88.645)	(19.793)	(45.806)	48.727	(432.786)
Lucro Bruto	28.985	76.514	4.896	3.444	(9.720)	104.119
(Despesas) Receitas operacionais	(145.624)	(56.609)	(15.477)	1.973	5.730	(210.007)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(116.639)	19.905	(10.581)	5.417	(3.990)	(105.888)
Venda de produtos (em tonelada)						
Venda de produtos para terceiros (Fibrocimento)	458.557	-	-	-	-	458.557
Venda de produtos para terceiros (Mineral Crisotila)	-	119.119	-	-	-	119.119
Venda de produtos entre segmentos	-	4.594	-	4.860	(9.454)	-
Venda de produtos para terceiros (em mil peças)	-	-	14.998	-	-	14.998
Investimento no exercício	6.167	518	153	72	-	6.910
Depreciação e amortização	(4.589)	(4.266)	(1.281)	(3.489)	-	(13.625)
Perda por redução por valor recuperável	(17.118)	-	(6.272)	-	-	(23.390)
Ativo total	465.966	199.487	22.807	136.557	(255.681)	569.136
Passivo total	418.342	172.807	13.964	103.895	(152.122)	556.886
Patrimônio líquido	47.624	26.680	8.843	32.662	(103.559)	12.250

(\*) Contemplado (R\$15.629) de equivalência patrimonial da controlada em conjunto Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A, vide nota explicativa nº 8.

31/12/2017

	Fibrocimento	Mineral Crisotila	Telhas de Concreto	Outros (*)	Eliminações	Total Consolidado
Receitas Líquidas						
Mercado Interno	467.856	23.952	33.548	952	-	526.308
Mercado Externo	-	139.431	-	-	-	139.431
Receitas de vendas para terceiros	467.856	163.383	33.548	952	-	665.739
Receitas entre segmentos	13.665	54.453	-	46.984	(115.102)	-
Vendas Líquidas totais	481.521	217.836	33.548	47.936	(115.102)	665.739
Custo dos produtos vendidos	(391.764)	(136.650)	(25.091)	(41.935)	93.511	(501.929)
Lucro Bruto	89.757	81.186	8.457	6.001	(21.591)	163.810
(Despesas) Receitas operacionais	(329.389)	(93.980)	(22.010)	2.211	50.854	(392.314)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(239.632)	(12.794)	(13.553)	8.212	29.263	(228.504)
Venda de produtos (em tonelada)						
Venda de produtos para terceiros (Fibrocimento)	638.765	-	-	-	-	638.765
Venda de produtos para terceiros (Mineral Crisotila)	-	144.301	-	-	-	144.301
Venda de produtos entre segmentos	-	24.084	-	4.424	(28.508)	-
Venda de produtos para terceiros (em mil peças)	-	-	19.152	-	-	19.152
Investimento no exercício	5.304	4.943	83	29	-	10.359
Depreciação e Amortização	(16.168)	(12.675)	(3.023)	(3.741)	-	(35.607)
Perda por redução por valor recuperável	(120.768)	(22.196)	(8.141)	-	-	(151.105)
Ativo total	420.634	186.461	28.506	104.649	(176.628)	563.622
Passivo Total	218.969	158.149	7.449	65.498	(56.953)	393.112
Patrimônio líquido	201.665	28.312	21.057	39.151	(119.675)	170.510

(\*) Contemplado (R\$28.629) de equivalência patrimonial da controlada em conjunto Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A., vide nota explicativa nº 8.

## 28. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados pelo Grupo, sob orientação de seus consultores de seguros, contra eventuais riscos, estão relacionados a seguir. Esses seguros têm vencimento médio em julho de 2019.

Modalidade	Bens cobertos	Valor da cobertura
Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade civil geral, lucros cessantes, veículos e D&O.	Edifícios, instalações, equipamentos e outros	R\$ 300.856 + 100% da Tabela FIPE

## 29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 29.1 Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

#### a) Análise dos instrumentos financeiros

Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, o Grupo mantém coberturas securitárias para os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio e/ou o resultado do Grupo, considerando os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

As classificações e mensurações ativos e passivos financeiros aplicáveis sob CPC 48/IFRS 9 são apresentadas na nota explicativa nº 2.2.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<u>Ativos financeiros:</u>				
Mensurados ao custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	6.438	4.922	9.181	6.957
Aplicações financeiras	-	2.838	-	21.805
Contas a receber	46.514	57.493	125.247	141.897
Partes relacionadas (*)	31.765	14.683	18.709	9.202
Total dos ativos financeiros	<u>84.717</u>	<u>79.936</u>	<u>153.137</u>	<u>179.861</u>
<u>Passivos financeiros:</u>				
Mensurados ao custo amortizado:				
Fornecedores	(23.730)	(18.877)	(38.492)	(27.084)
Empréstimos e financiamentos	(59.003)	(2.385)	(130.925)	(97.458)
Partes relacionadas	(87.771)	(38.398)	(91)	(89)
Outros passivos (**)	(25.614)	(4.350)	(39.960)	(6.384)
Total passivos financeiros	<u>(196.118)</u>	<u>(64.010)</u>	<u>(209.468)</u>	<u>(131.015)</u>

(\*) Não considerado o montante de R\$3.205 correspondente ao adiantamento à fornecedores na controladora, atrelados a ativos não financeiros, divulgado na nota explicativa nº 9 (Em 2017 R\$ 13.110).

(\*\*) Não considerado o montante de R\$7.619 e R\$747 na controladora e R\$ 7.619 e R\$ 930 no consolidado, referente a provisão para destinação de resíduos e provisão para garantias, divulgado na nota explicativa nº 18 (Em 2017 R\$ 9.017 e R\$884 na controladora e R\$9.017 e R\$1.169 no consolidado).

b) Hierarquia do valor justo por meio do resultado

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Grupo não possuía instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

## 29.2 Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros do Grupo referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas. O principal propósito desses passivos financeiros são captar recursos para as operações. O Grupo possui como ativos financeiros as contas a receber de clientes, depósitos a vista e aplicações financeiras que resultam diretamente de suas operações. Assim, o Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito.

O Grupo dispõe de procedimentos para administrar e utilizar instrumentos de proteção.

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuro de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. O risco de mercado engloba quatro tipos de risco no caso do Grupo: a) Risco de câmbio, b) Risco de taxa de juros, c) Risco de prejuízo na produção devido à escassez de fornecimento de matéria-prima e insumos, tais como fibra sintética (contexto operacional) e d) Riscos associados ao crescimento.

## i. Riscos de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais do Grupo (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional do Grupo).

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo possuía as seguintes exposições a uma moeda diferente da sua moeda funcional:

	Consolidado		Cotação em
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018 (US\$1,00 = R\$1,00)
Cientes no mercado externo	70.219	71.572	3,8742 US\$
Fornecedores no mercado externo	(2.744)	(558)	3,8748 US\$
Adiantamento de contrato de exportação	(25.098)	(33.767)	3,8748 US\$
Financiamentos	(12.926)	(16.419)	3,8748 US\$
Total da exposição cambial	29.451	20.828	

- Análise de sensibilidade

De forma a medir o impacto econômico de variações cambiais dos instrumentos financeiros do Grupo, foram efetuados quatro cenários em relação à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2018, conforme abaixo.

Saldos (moeda estrangeira) Consolidado	Risco	Taxa	Depreciação da taxa		Apreciação da taxa	
		Posição em 31/12/2018	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
USD		3,8742	1,9371	2,9057	4,8428	5,8113
Cientes mercado externo	USD	70.219	(35.110)	(17.555)	17.555	35.110
USD		3,8748	1,9374	2,9061	4,8435	5,8122
Fornecedores mercado externo	USD	(2.744)	1.372	686	(686)	(1.372)
ACE	USD	(25.098)	12.549	6.275	(6.275)	(12.549)
Financiamentos	USD	(12.926)	6.463	3.232	(3.232)	(6.463)
Total das exposições		29.451	(14.726)	(7.362)	7.362	14.726

## ii. Riscos de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A Administração do Grupo tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI.

As exposições ativas (passivas) à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	3.275	4.522	4.081	4.687
Aplicações financeiras de curto prazo	-	2.838	-	21.805
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	(10.614)
Total da exposição à taxa de juros	3.275	7.360	4.081	15.878



A Administração do Grupo avalia periodicamente suas aplicações e equivalentes de caixa para evitar risco de perda, considerando a instabilidade da atual política monetária. Dessa forma, o Grupo avalia periodicamente a possibilidade de contratos com derivativos para proteger esse risco.

Análise de sensibilidade para curva de juros utilizada nos instrumentos financeiros:

Aplicações financeiras - consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2018	Projeção receitas financeiras - um ano			
			Risco de redução		Risco de aumento	
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI		6,40%	3,20%	4,80%	8,00%	9,60%
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	CDI	4.081	(131)	(65)	65	131
Total		4.081	(131)	(65)	65	131

### iii. Riscos de crédito

#### *Contas a receber*

O risco de crédito do cliente é administrado pelo Grupo diariamente, e é entendido que o risco é minimizado pelo fato das vendas serem efetuadas para um grande número de clientes. Esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão, assim como a exposição máxima ao risco de crédito está refletido na rubrica “perda estimadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber”, conforme demonstrado na nota explicativa nº 5.

O Grupo avalia periodicamente a sua carteira de clientes e para 31 de dezembro de 2018, nenhum cliente individualmente possuía representatividade significativa em comparação ao total das contas a receber e faturamento individual e consolidado.

#### *Depósitos à vista e aplicações financeiras*

O Grupo está sujeito também a riscos de crédito relacionados ao caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A Administração do Grupo considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras sediadas no Brasil.

### iv. Riscos de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo. Não houve alterações significativas no risco de liquidez do Grupo desde 31 de dezembro de 2018.

## v. Gestão do capital

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houve mudança nos objetivos, nas políticas ou nos processos de estrutura de capital quando comparado com o ano de 2017. O Grupo inclui na estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	Alavancagem		Alavancagem	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos	59.003	2.385	130.925	97.458
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(6.438)	(4.922)	(9.181)	(6.957)
Dívida líquida	52.565	(2.537)	121.744	90.501
Patrimônio líquido	12.227	170.502	12.250	170.510
Patrimônio líquido menos dívida líquida	(40.338)	173.039	(109.494)	80.009

## 30. COMPROMISSOS E GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2018 o Grupo possuía as seguintes garantias:

- (i) Fiança bancária, no montante de R\$1.440, junto ao Banco Bradesco S.A. para garantia do pagamento de execução fiscal - Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM firmado com a Sama S.A., com vencimento indeterminado;
- (ii) Fiança bancária, no montante de R\$4.456, junto ao Banco Bradesco S.A. para garantia do financiamento à Agência de Fomento de Goiás, firmado com o Grupo;
- (iii) Fiança bancária, no montante de R\$1.510, junto ao Banco Bradesco S.A. para garantia do financiamento à agência de Fomento Goiás, firmado com a controlada Tégula;
- (iv) Seguro garantia, no montante de R\$417, junto a Pottencial Seguradora S.A para amparar a ação anulatória referente a cobrança de débitos fiscais de CSLL e COFINS, com vigência de 29 de janeiro de 2016 a 29 de janeiro de 2021;
- (v) Seguro garantia, no montante de R\$6.350, junto a Pottencial Seguradora S.A. para amparar a ação anulatória referente a cobrança de débitos fiscais de COFINS, com vigência de 26 de outubro de 2015 a 26 de outubro de 2020;
- (vi) Seguro garantia, no montante de R\$2.594, junto a a Pottencial Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica, sendo a Eternit a tomadora e beneficiária Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda., com vencimento em 31 de dezembro de 2018;
- (vii) Seguro garantia, no montante de R\$263, junto a Pottencial Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica, sendo a controlada Precon a tomadora e beneficiária Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda., com vencimento em 31 de dezembro de 2018;
- (viii) Seguro garantia, no montante de R\$3.924, junto a Pottencial Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica, sendo a controlada Sama a tomadora e beneficiária Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda., com vencimento em 25 de fevereiro de 2019;
- (ix) Cessão fiduciária de recebíveis Eternit em favor do Banco Sofisa S.A. no montante de R\$16.000, dadas como garantia de operação de Cédula de Crédito Bancário, sendo R\$13.644 de títulos contas a receber e R\$2.356 de caixa e equivalente, com vencimento em 24 de janeiro de 2019;

- (x) Concessão de bens do ativo imobilizado oferecidos como garantia de processos judiciais, no montante de R\$2.150;
- (xi) Em dezembro de 2014, a controlada Eternit da Amazônia firmou compromisso na ordem de R\$37.384, referente a cédula de crédito bancário, com o Banco da Amazônia, para implementar sua fábrica de pesquisa e desenvolvimento em Manaus. Como garantia foi oferecido pelo Grupo um imóvel e respectivas benfeitorias, situado no Rio de Janeiro-RJ, sendo seu valor de custo no montante de R\$62.500;
- (xii) Em 23 de fevereiro de 2018 a Eternit apresentou garantia com a fábrica Simões Filho no valor de R\$35.700 com sua vigência indeterminada a partir desta data para amparar a ação de execução de termo de ajuste de conduta nº. 0000883-76.2017.5.05.0101;
- (xiii) Em 23 de fevereiro de 2018 a Eternit apresentou garantia com a fábrica Goiânia no valor de R\$35.173 com vigência indeterminada a partir desta data para amparar a ação de execução de termo de ajuste de conduta nº. 0000883-76.2017.5.05.0101.

### 31. PROVISÃO DE REESTRUTURAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO

Em 2016 o Grupo iniciou um processo de reestruturação em suas unidades de negócios com foco na recuperação da rentabilidade, redução de custos operacionais, substituição da matéria prima amianto crisotila e encerramento de atividades de plantas deficitárias da subsidiária Tégula. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os valores em aberto e movimentação referentes à provisão para reestruturação e desmobilização de parte dos ativos estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para desmobilização e reestruturação	345	2.103
Perda estimada na recuperabilidade de ativo das unidades desativadas Tégula	10.870	10.878
Total de ajuste com perda na recuperabilidade e provisão de reestruturação	<u>11.215</u>	<u>12.981</u>

	Provisão para desmobilização	Perda estimada na recuperabilidade de ativo	Total de desmobilização
Desmobilização			
Saldos em 31 de dezembro de 2017	228	10.878	11.106
Reversão	-	(8)	(8)
Baixa por pagamento	(190)	-	(190)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>38</u>	<u>10.870</u>	<u>10.908</u>

	Gastos com pessoal nas unidades de negócio
Reestruturação	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.875
Adições	1.886
Baixa por pagamento	(3.229)
Reversões	(225)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>307</u>

### 32. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

A empresa possui incentivos fiscais estaduais e federais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial na forma de financiamento, diferimento do pagamento de impostos ou reduções parciais do valor devido. Esses programas estaduais objetivam promover o incremento da geração de emprego, a descentralização regional, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos Estados. Nesses Estados, os prazos de carência, fruição e as reduções são previstas na legislação fiscal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os valores das subvenções governamentais totalizaram R\$9.055 (R\$14.569 em 31 de dezembro de 2017), conforme descritos a seguir:

- a) Agência de Fomento Goiás S.A empresa do Estado de Goiás – Fomentar. No exercício de 2018, o valor do benefício totalizou R\$2.308 (R\$3.201 em 31 de dezembro de 2017).
- b) Programa de desenvolvimento industrial de Goiás – Produzir. No exercício de 2018, o valor do benefício totalizou R\$957 (R\$1.943 em 31 de dezembro de 2017).
- c) Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – Desenvolve. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o valor do benefício totalizou R\$877 (R\$4.340 em 31 de dezembro de 2017).
- d) Zona Franca de Manaus – Incentivo – Crédito Estímulo. No exercício de 2018 foi utilizado o montante de R\$3.161 (R\$3.580 em 31 de dezembro de 2017).
- e) Zona Franca de Manaus – Incentivo – Crédito Presumido. No exercício de 2018, foi utilizado o montante de R\$1.752 (R\$1.505 em 31 de dezembro de 2017).

### 33. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Grupo realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento que não afetaram caixa e equivalentes de caixa, e essas atividades não foram incluídas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Aumento de investimento com amortização de mútuo	1.736	11.996	1.736	11.996
Imposto de renda retidos sobre mútuo	126	230	96	212
Fiança honrada Companhia Sulamericana de Cerâmica (i)	30.222	-	30.222	-
Amortização desconto de duplicata	(3.362)	-	(3.362)	-
Investimento temporário em controlada em conjunto (ii)	(42.859)	-	(42.859)	-
	<u>(14.137)</u>	<u>12.226</u>	<u>(14.167)</u>	<u>12.208</u>

(i) Vide nota explicativa nº 14

(ii) Investimento temporário na Companhia Sulamericana de Cerâmica, referente a fiança honrada conforme nota explicativa nº 14 e instrumento de dívida com a Colcerâmica conforme nota explicativa nº 18.

### 34. EVENTOS SUBSEQUENTES

- Suspensão das atividades da mineradora Sama

De acordo com Comunicado ao Mercado divulgado em 01 de fevereiro de 2019, data na qual o Grupo tomou ciência da publicação dos acórdãos referente a decisão do Supremo Tribunal Federal, nos autos das Ações Diretas de Inconstitucionalidade ("ADIs") n.º 3406 e n.º 3470, que julgaram o uso do amianto no País em 29 de

novembro de 2017, o Grupo suspendeu as atividades da controlada Sama em 11 de fevereiro de 2019 conforme fato relevante publicado na mesma data, até apreciação do pedido de efeito suspensivo requerido nos embargos de declaração opostos pela entidade representativa do setor. O grupo acompanhará os eventuais desdobramentos do julgamento do mérito com possível efeito suspensivo da decisão para que haja um adequado processo de modulação no encerramento das atividades da mina em Minacú GO.

- Alteração na Diretoria de Relações com Investidores

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de fevereiro de 2019, o Sr. Vitor Manuel Cavalcanti Mallmann foi eleito para ocupar o cargo de Diretor de Relações com Investidores, cumulativamente com a Diretoria Financeira e Recursos Humanos do Grupo Eternit.

- Suspensão da Assembleia Geral de Credores

A Companhia informou através de fato relevante em 11 de março de 2019, em razão de decisão judicial proferida pelo juízo da 2ª vara de falências que a Assembleia Geral de Credores que ocorreria no dia 13 de março de 2019 foi cancelada e a sua continuidade deverá ser programada em outra data. A Companhia manterá os seus acionistas e o mercado em geral informados assim que for estabelecida nova data para a continuidade dos trabalhos da Assembleia Geral de Credores.

### 35. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

#### Divulgação do LAJIDA (EBITDA)

De acordo com a instrução CVM 527/12, o Grupo aderiu a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil como informação adicional agregada em suas informações trimestrais, apresentando o LAJIDA (EBITDA) – Lucro Antes dos Juros, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro (Prejuízo) Líquido, Depreciação e Amortização, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

O EBITDA ajustado é a medição pela qual o principal gestor das operações da entidade avalia o desempenho dos segmentos e a capacidade de geração recorrente de caixa operacional, consistindo no lucro líquido eliminando-se o resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização, resultado de participação em investimentos e o resultado de outras receitas (despesas) operacionais acrescido do Ebitda proporcional das controladas em conjunto.

Apesar de ser um indicador utilizado na mensuração dos segmentos, esta não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possuindo uma definição padrão e podendo não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Como requerido pelo IFRS 8, segue abaixo a conciliação da medida utilizada pelo gestor das operações com o resultado apurado de acordo com as práticas contábeis:

	01/10/2018 a 31/12/2018	01/10/2017 a 31/12/2017	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
Reconciliação do EBITDA consolidado (R\$ mil)				
Prejuízo líquido do período	(60.346)	(229.744)	(149.367)	(276.389)
Imposto de renda e contribuição social	7.643	33.271	16.045	31.443

Resultado financeiro líquido	9.696	3.536	27.434	16.442
Depreciação e amortização	4.341	8.446	13.625	35.607
EBITDA	<u>(38.666)</u>	<u>(184.491)</u>	<u>(92.263)</u>	<u>(192.897)</u>
Resultado da equivalência patrimonial	2.820	7.885	15.629	28.629
Ajustes IN CVM 527/12 art. 4º - Eventos não recorrentes				
Reestruturação	445	2.028	1.886	20.671
Despesas referentes ao processo de recuperação judicial	1.874	-	8.991	-
Quebra de produto oriunda de novas tecnologias (*)	-	2.705	521	7.547
Gastos de paradas excepcionais (**)	-	2.423	-	8.948
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	4.173	-	8.473
Provisão para destinação resíduos	-	9.017	-	9.017
Provisão para perda de ativo imobilizado (***)	-	7.397	-	7.397
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques	-	2.163	-	2.163
Perda estimada por não recuperabilidade de ativos – Ágio	-	16.558	-	16.558
Perda estimada por não recuperabilidade de ativos – <i>impairment</i>	23.390	127.150	23.390	127.150
Ineficiência fabril (****)	-	-	979	-
Provisão para benefício pós-emprego (*****)	5.299	-	5.299	-
EBITDA ajustado	<u>(4.838)</u>	<u>(2.992)</u>	<u>(35.568)</u>	<u>43.656</u>

- (\*) Quebra de produto oriunda de novas tecnologias em função de maior participação de fibras sintéticas no fibrocimento.
- (\*\*) Não contempla o valor de depreciação de parada excepcional.
- (\*\*\*) Perda estimada dos ativos relacionados ao amianto no processo produtivo em função da sua não recuperabilidade decorrente da substituição da matéria-prima
- (\*\*\*\*) Ineficiência fabril em função da migração de amianto para fibra sintética.
- (\*\*\*\*\*) A controlada Sama mudou a modalidade contratual no plano médico que passou de um modelo de pós-pagamento para um modelo de pré-pagamento.